

COMISSÃO DO IDOSO

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2006.

Presidência da Sra. Vereadora Cristiane Brasil, Presidente da Comissão.

Às dez horas e quarenta minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início a Audiência Pública da Comissão do Idoso, sob a Presidência da Sra. Vereadora Cristiane Brasil, Presidente da Comissão, para discutir o tema “A TERCEIRA IDADE E O PLANO DIRETOR”.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Senhoras e senhores, bom-dia!

Dou por aberta a Audiência Pública da Comissão Permanente do Idoso, para discutir o tema “A Terceira Idade e o Plano Diretor”, conforme Requerimento nº 1.569/2006.

A Comissão Permanente do Idoso está constituída pelos seguintes membros: Exma. Sra. Vereadora Cristiane Brasil, Presidente; Exmo. Sr. Vereador Marcelino D’Almeida, Vice-Presidente; e Exmo. Sr. Vereador Renato Moura, Vogal.

A Mesa está assim constituída: Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Sérgio Telles Ribeiro Filho – palmas para ele (PALMAS); Diretor da Universidade Aberta da Terceira Idade, Unati/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor Renato Veras, (PALMAS); Sra. Coordenadora de Projetos de Extensão da Unati, Sandra Rabello, (PALMAS); Sra. Assessora da Coordenadoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Urbanismo, Eugênia Loureiro, (PALMAS); Sr. Gerente do Programa de Saúde do Idoso da Secretaria Municipal de Saúde, Dr. Carlos Maia, (PALMAS); Sr. Assessor do Secretário Municipal de Urbanismo, Luiz Fernando Menezes Salgado, (PALMAS).

Recebemos Mensagens de Congratulações, que serão publicadas no Diário da Câmara Municipal, bem como a relação nominal dos presentes a esta Audiência.

Recebemos um comunicado da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, do Núcleo Especial de Atendimento à Pessoa Idosa.

(LENDO)

À
Exma. Sra. Vereadora CRISTIANE BRASIL

Cumprimentando-a sirvo-me do presente para informar que o Defensor Público, João Henrique Rodrigues Vianna, não poderá comparecer à Audiência Pública a ser realizada nessa Câmara

Municipal em 06/12/2006, às 10h, em razão de se encontrar em gozo de férias, estando fora da Cidade do Rio de Janeiro.

Sem mais para o momento, aproveito a ocasião para parabenizá-la pelo trabalho realizado em prol dos idosos do nosso município.

Respeitosamente,

ASSINATURA ILEGÍVEL

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Uma pena, mas ele não pôde vir.

Recebemos Mensagens dos Vereadores Argemiro Pimentel, Jorge Babu e Stepan Nercessian.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a cada um dos presentes, a cada um dos que hoje compõem esta Mesa na Câmara, pela presença, devido à importância desta nossa primeira Audiência, que não será a última, nem a única, será apenas a primeira de uma série de Audiências Públicas que faremos com diversos grupos representativos da questão da Terceira Idade, para tratar do tema “O Plano Diretor e o Idoso no Rio de Janeiro”.

E em segundo lugar, gostaria de dizer a todos os presentes que, independentemente do andamento desse processo, que é lento, a conscientização da população idosa quanto aos seus direitos, aos assuntos que lhe afetam ainda é uma questão a ser enfrentada pelas autoridades, pelas pessoas públicas detentoras de algum poder. Como vocês podem perceber, o idoso ainda tem muita dificuldade para perceber a importância da sua presença e da sua participação nas questões que lhe afetam direta ou indiretamente. Por isso, creio que temos um número ainda muito reduzido de pessoas em reuniões como estas. Creio, também, que há um descrédito muito grande por parte da população, refletido até por conta dessas inúmeras crises políticas que vêm se somando nos últimos anos e que fazem com que o trabalho Legislativo, principalmente, não tenha sua importância reconhecida pela população.

Vivemos um momento em que o voto de opinião dado, conferido aos parlamentares, principalmente do Legislativo, está em escassez, está acabando – vemos muito o voto do “se me dão” – “se me dão” um tijolo, “se me dão” uma internação, “se me dão” alguma coisa, eu voto. Se não me dão não voto. Não trabalho assim, não trabalho dessa forma, até porque hoje, mais do que nunca, não tenho nada para dar, a não ser minha capacidade intelectual, minha capacidade física, minha capacidade “laboral”. É o que tento fazer, ao longo desses dois anos de trabalho dedicados à causa do idoso, dedicados a essa parcela de 13% (treze por cento) da população da Cidade do Rio de Janeiro. Espero es-

tar correspondendo aos anseios e às expectativas dos meus eleitores, e conto com vocês para continuar trabalhando em prol da Terceira Idade.

O objetivo desta Audiência Pública é tratar de um tema complexo e de difícil assimilação, é falar dessa Lei chamada “Plano Diretor”. O que é o Plano Diretor? Vou ler um conceito que aprendi recentemente:

“Plano Diretor é o complexo de normais legais e diretrizes técnicas para desenvolvimento global e constante do município, sob os aspectos físico, social, econômico e administrativo. É um instrumento pelo qual os municípios definirão os objetivos a serem atendidos, assim como as regras básicas, as diretrizes, as normas do desenvolvimento urbano, estabelecendo, portanto, o zoneamento, as exigências quanto às edificações e um sem número de outras matérias, fundamentalmente pertinente ao uso do solo”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Bom, gente, Plano Diretor é uma lei sobre a qual, acho, todos aqui falarão um pouco. Uma lei que, pelos próximos dez anos, vai dizer como o Município vai tratar o uso do solo nos seus diversos aspectos, dentro de nossa Cidade. Como serão as edificações, como serão os mobiliários urbanos do Município, para onde a Cidade vai crescer, de que forma esse crescimento vai acontecer? Então, nada melhor do que a presença dessas pessoas que, de uma certa forma, ajudaram na elaboração da proposta dessa Lei que vai valer pelos próximos dez anos. Elas estão aqui, hoje, para tratar um pouco sobre isso com vocês, falar da elaboração dessa Lei, de que forma ela vai afetar a vida de cada um de nós que mora no Rio de Janeiro.

Queria fazer um parênteses para registrar meu protesto contra a presença de inúmeras moscas que estão perturbando a nossa vida e o andamento dos trabalhos, desde ontem. E nada foi feito em relação a elas. Quero que fique registrado para que se tome alguma providência a fim de eliminar essas moscas que estão atrapalhando nossos trabalhos.

Gente, o urbanismo é a ciência de desenhar as cidades e a arte de construir essas cidades. O urbanismo tem de ser considerado política pública, e tem hoje, a seu favor, o chamado desenho universal, um instrumento para eliminar barreiras ambientais e arquitetônicas, criando um cenário para uma sociedade realmente inclusiva, onde o idoso possa ir e vir com autonomia. O que é o desenho universal? Exatamente o contrário daquele conceito de homem padrão, um homem de estatura mediana que vai e vem com facilidade, um homem médio. Até, hoje, e acho que os nossos amigos aqui do Compur do Urbanismo poderão esclarecer isso para a gente, as cidades são construídas para abrigar esse homens médios. Essas pessoas – padrão estariam numa média,

dentro da sociedade, e estão completamente excluídos os homens altos demais, os baixos demais, os idosos, os portadores de necessidades especiais – esses não estão abrangidos pelo conceito do homem médio. Então para se viver numa sociedade desigual, que tem de abraçar os deficientes, os idosos, as mulheres, as crianças, enfim, essa diversidade de altura, de padrão físico, temos de fazer uso desse chamado desenho universal. Qual o grande desafio desse Plano Diretor, no meu entendimento? Fazer com que a gente não perceba, na cidade, apenas os problemas que ela tem com relação às dificuldades que temos no ir e vir, no transporte, na saúde, no bem-estar da população. A Cidade vai muito bem, obrigada, ou será um ambiente favorável à vida dos idosos quando a gente não perceber barreiras que estejam atrapalhando a inclusão dessas pessoas no uso, no fruir e no gozar da sua própria cidade. Vocês consideram o Rio de Janeiro uma cidade hospitaleira, gentil com seus cidadãos? Não. Os idosos, por exemplo, que são o tema que estamos tratando aqui, hoje, querem ir a uma praça e não têm segurança, não têm um banheiro que possam usar. O mobiliário urbano das praças é inadequado, não há encosto para as costas, não há bancos que o idoso possa usar com conforto. O idoso está disputando espaço, hoje em dia, até com jogadores profissionais, que usam as suas mesas.

Os idosos estão concorrendo com os jovens que fazem jogo profissional, valendo dinheiro, nas praças; quer dizer, nem jogar cartas nas praças os idosos podem mais. Tampouco podem ir e vir com facilidade, porque, apesar de terem garantido seu direito da passagem gratuita, eles não conseguem utilizar esse direito porque os ônibus não estão adaptados às suas necessidades, a começar pela altura dos degraus. Por que, já que não se consegue conscientizar nem punir de maneira efetiva as empresas de ônibus, por uma série de fatores, inclusive políticos, por que não partir já para a prevenção do conflito? Por que não fazer os abrigos de uma altura tal que, ao embarcar a pessoa já esteja na altura de poder entrar com facilidade nos ônibus, e sair deles. Fazer abrigos mais altos cobertos, onde as pessoas possam aguardar o ônibus sentado, porque isso tudo é imobiliário urbano, isso tudo é a política de sensibilidade que tem de estar presente na elaboração desse Projeto de Lei. O foco deve estar voltado para as pessoas que precisam desse olhar diferenciado. Eu, hoje, estudando o Plano Diretor, trouxe algumas coisas, que sublinhei; não quero me alongar muito porque quero que os profissionais que estão aqui falem. Então, acho que vou inverter as ordens dos fatores: vou pedir que os profissionais que estão aqui e, que fizeram parte da elaboração desses projetos, falem, e iremos debatendo os assuntos conforme eles forem aparecendo. Só vou, antes de chamar cada um para falar, fazer as perguntas, que não são dirigidas a “A”, “B” ou “C”, mas que eu gostaria que nortegassem nosso debate.

Quanto à acessibilidade, como garantir aos idosos portadores de necessidades especiais e à população em geral, total acessibilidade, nas calçadas, em relação ao mobiliário urbano da cidade e, também, nos prédios públicos? Temos, pela cidade, diversas calçadas que representam verdadeiro perigo de vida aos idosos. Então, o que deve ser feito para ao menos se minimizar tal problema? Estão aí Dr. Renato Veras e Dr. Carlos Maia, que podem falar sobre o que significa, para uma pessoa idosa, uma queda. É um divisor de águas entre a vida e a morte desses idosos, entre a mobilidade e completa incapacidade.

A segunda pergunta é por que as autoridades insistem em ignorar certos aspectos da acessibilidade urbana, quando esta representa apenas um aumento de 1% no custo das construções, enquanto uma readaptação do que já está construído representa um custo absurdo, com que poucos países de primeiro mundo podem arcar, e nós somos um país em desenvolvimento? Então, por que a gente não previne, não antecipa, antes de remediar? Seria possível a adaptação do conceito de casas seguras para a criação de cidades seguras, que facilitem a vida da população idosa? Como isso poderia ser feito? Eu quero só fazer um parêntese para falar sobre o que são casas seguras. A melhor forma de explicar uma casa segura, desde o seu desenho, é descrever suas particularidades, é imaginar estar entrando em uma delas e passando por seu interior, observando as diversas características e detalhes que a tornam uma casa adequada ao mundo atual. Ao entrar numa casa que tenha essas características de desenho e de equipamentos, observa-se que algumas delas são muito simples e, muitas vezes, podem até, num primeiro momento, passar despercebidas.

É o que eu estava falando antes: quando a cidade funciona bem, quando as casas estão adaptadas, o mobiliário urbano está adaptado, não se percebem os problemas – só se percebem os problemas porque eles estão incomodando a nossa vida. Se as praças fossem adaptadas, se as cidades não oferecessem risco aos moradores não reclamaríamos porque não haveria motivo, ficaríamos felizes e teríamos qualidade de vida. Essa simplicidade e essa invisibilidade são de capital importância na funcionalidade da casa, porque tiram o caráter de excepcionalidade com que algumas pessoas vivem, pessoas que têm alguma dificuldade física temporária ou definitiva, que quase sempre são tratadas e que acabam por atingir resultados contrários àqueles pretendidos. O tratamento excepcional estigmatiza a pessoa. Qual o idoso ou portador de necessidades especiais que gosta de ser jogado para escanteio, de ser tratado como membro excepcional, diferente, uma exceção à regra? Nós queremos conviver numa sociedade que viva essas diferenças, que traga para dentro das suas características principais as diferenças, e não apenas aquela média que nenhum de nós consegue, durante toda a vida, atingir. Uma casa adaptada, um mobiliário urbano adaptado às necessi-

dades especiais das pessoas não incomoda a pessoa média, o cidadão comum, mas o contrário incomoda. Se uma pessoa comum, ao subir no ônibus, tiver mais facilidade, ela vai reclamar? Não. Agora, se um idoso tiver dificuldade de subir no ônibus, ele vai reclamar. Se uma pessoa comum entrar numa casa onde o piso é antiderrapante, onde haja barra na parede, ou onde as portas sejam mais largas para passar uma cadeira de rodas, ela vai reclamar? Não vai. Agora, o idoso pode cair, pode se machucar, e isso pode ser um fator absolutamente definitivo para a longevidade saudável dele. Então, temos de fazer as coisas acontecerem.

Casas inteligentes são casas em que você não precisa fazer muita coisa, mas que se tornam extremamente confortáveis para todas as pessoas, e não apenas para o homem médio, para a pessoa comum que ninguém é.

Agora farei uma pergunta mais específica. O que o Compur, como órgão representante da sociedade, considera primordial para a adaptação da Cidade do Rio de Janeiro aos idosos, aos portadores de necessidade especiais, visto que hoje temos 13% da população com mais de 60 anos, e existem estudos que apontam que, em 2050, teremos cerca de 23%, quase um quarto da população da cidade acima de 60 anos?

Há mais um fator que eu acrescento a isso. O Rio de Janeiro foi escolhido pelos idosos para ser a cidade dos idosos. Ainda migram idosos de outras cidades do país, do interior do estado, para o Rio de Janeiro porque acham que aqui ainda é, com todas as dificuldades, uma cidade mais adequada para eles viverem. Ah, coitados de vocês, de todos nós, que vamos chegar lá. Vamos ver se a gente muda.

Quanto aos transportes, existe hoje a viabilidade da criação de plataformas elevadas nos pontos de ônibus, que permitam o embarque e o desembarque seguro? Por que não eliminar os meios-fios dos pontos de ônibus, facilitando o acesso dos mais idosos? São sugestões que estou dando.

Ao longo das discussões sobre o Plano Diretor, notamos que grande parte delas acaba por girar em torno do crescimento urbano da cidade, não sendo mais o Plano Diretor um tratado de diretrizes mais abrangentes, englobando desde a questão do mobiliário até questões de saúde, de trabalho, de renda e assistência social. Por que, na avaliação dos senhores, esse problema ocorre? Só discutimos se vai subir o zoneamento, se vai descer o zoneamento, e as questões fundamentais acabam perdendo a importância. O que está acontecendo?

Agora, passarei a palavra aos nossos convidados. Eu não fechei meu discurso, na verdade estou abrindo. Temos o Dr. Sérgio, que também vai falar da questão do risco de queda, e de outros assuntos que ele julgar pertinentes.

Vou passar, então, a palavra ao nosso Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Sérgio Telles Ribeiro Filho.

O SR. SÉRGIO TELLES RIBEIRO FILHO - Bom dia. Antes de mais nada, queria agradecer a oportunidade de estar aqui e parabenizar a Vereadora Cristiane Brasil pela iniciativa, pois acho extremamente pertinente esta discussão sobre a questão urbana do Rio de Janeiro como cidade, e as adaptações necessárias para nossa população idosa - inclusive, a Vereadora Cristiane Brasil levantou muito bem a questão das quedas.

Eu vejo essas modificações ou adaptações do cenário urbano como tendo, possivelmente, dois grandes objetivos, pelo menos em relação à população idosa: o primeiro seria, realmente, facilitar a questão da acessibilidade quanto à ida e vinda das pessoas idosas ou das pessoas deficientes. O segundo grande objetivo seria a questão da segurança principalmente relacionadas às quedas.

Eu queria, rapidamente, mencionar para vocês alguns números com relação a essa história de quedas: nós sabemos, por exemplo, que idosos que vivem na comunidade, pessoas que não estão internadas, que não estão em asilos, que estão, em princípio, saudáveis, sabemos que a cada ano 30% dessas pessoas sofrem uma queda. Então, é um número imenso. É quase que uma epidemia. E dessas pessoas que sofrem uma queda, embora a maioria dessas quedas passe despercebidas ou eventualmente não cheguem a causar nenhum dano permanente, uma porcentagem importante dessas quedas resulta em lesões graves, como a famosa fratura de colo de fêmur, que vocês todos conhecem ou já ouviram falar ou, possivelmente, tenham um parente que já sofreu com isso.

Existem também fraturas de outros ossos. E isso pode gerar depressão, pode gerar uma série de problemas crônicos que começam depois da queda, a ponto de muita gente dizer que o evento - a queda - quando acontece no idoso, seria como se fosse um sinalizador, uma marca, algo que apontasse que aquela pessoa é uma pessoa vulnerável, uma pessoa que pode ter mais problemas no futuro ou em curto prazo.

Então, uma preocupação prioritária quanto a essas modificações urbanas é, exatamente, a prevenção de quedas. Dessa forma, seriam modificações voltadas principalmente para facilitar a deambulação do idoso ou mesmo do deficiente. São questões como: iluminação adequada, corrimãos, apoios, principalmente nas escadas. A questão da altura do degrau do ônibus é fundamental, quer dizer, não é só a altura, mas a presença de pontos de apoio para a mão. Questões como modificações no banheiro, que facilitem a movimentação dentro do banheiro para evitar quedas - o banheiro é um local muito comum de quedas. O meio-fio, a questão do buraco, que no Rio de Janeiro é um problema imenso; a conservação deficiente das ruas.

Uma outra questão que ninguém comentou ainda mas que também é muito importante é a do tempo de duração dos sinais, dos

semáforos. Isso é uma coisa que eu acho ainda pouco comentada. Mas é fato que a maioria dos semáforos tem seu tempo de duração do sinal vermelho insuficiente para permitir a travessia da rua de uma pessoa que deambule com um pouco mais de lentidão.

Eu só estou levantando aqui alguns pontos que estão ligados a segurança. Existe a questão da casa segura. Sabemos que a maioria das quedas, na verdade, ocorre ou dentro ou perto de casa. Então, é necessária a conscientização das pessoas em relação a medidas muito simples de segurança dentro da casa ou a maneira de construir a casa de forma que diminua a incidência de quedas. A questão das portas mais largas, a questão de poucos degraus... Tudo isso é muito importante para minimizar a ocorrência de quedas. Acho extremamente pertinente esse ponto, que foi levantado pela Vereadora, de que construir ou planejar as edificações e as construções urbanas, já levando em conta as adaptações necessárias para a população idosa, representa um aumento de custo muito pequeno. O custo relacionado ao tratamento de complicações ligadas à queda é imenso - na casa de centenas de milhões de reais. Com certeza, a prevenção de quedas resultaria numa economia de custo de recursos de saúde que amplamente compensaria qualquer aumento de custo necessário na hora de planejar e de fazer essas edificações.

Eu gostaria de fechar pontuando aqui a imensa importância do que está se falando. Acho extremamente positiva essa discussão. É de alcance muito grande e acho fundamental trabalhar em cima da conscientização das pessoas, da classe política, dos nossos gerentes em relação a esse problema. Queria também lembrar uma coisa que acho que muitos adultos jovens não lembram: o fato de que eles serão idosos também. Tudo o que fazemos aqui hoje, na verdade, estamos apenas preparando e melhorando o terreno para o nosso próprio futuro.

Obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) - Muito obrigada, Dr. Sérgio. Queria fazer um pequeno parêntese com relação às ruas esburacadas que propiciam todas essas quedas. Eu dei entrada num Projeto de Lei que visa retirar as pedras portuguesas - não das calçadas tombadas pelo Patrimônio Histórico, que são as calçadas famosas da orla - mas das calçadas de dentro da cidade, fazendo com que seja usado um piso antiderrapante, um piso que tenha uma manutenção mais fácil - aquele antiderrapante emborrachado. Hoje em dia existem tantas opções de pisos que podem substituir as pedras, que até como armas são usadas hoje por menores infratores contra a população. Vejo que é uma grande causa de quedas e estamos tentando aprovar esse Projeto, que vamos tentar votar agora no final de ano. Conto com a cola-

boração dos meus pares e de todos vocês para que façam pressão aqui nesta Casa e me ajudem a aprovar esse Projeto.

Gostaria de passar a palavra ao nosso querido Diretor da Universidade Aberta da Terceira Idade - Unati, Prof. Renato Veras.

O SR. RENATO VERAS - Senhora Vereadora Cristiane Brasil, amigos e companheiros da Mesa neste Plenário cheio de alunos da Unati, demais presentes, meu cordial bom dia.

É muito bom estarmos novamente nesta Casa para discutirmos questões relativas à Cidade do Rio de Janeiro, uma cidade muito particular e muito especial. A cidade que tem o maior percentual de idosos do nosso país e que, portanto, deve ser o foco das questões relativas a esse grupo etário. Um Plano Diretor para o Rio de Janeiro deve ser voltado a essa faixa etária que é a que mais cresce no país.

Esse grupo, aqui presente ao Plenário, certamente não é a composição do pensamento da sociedade. Nós ainda temos muitas pessoas que pensam que o Brasil ainda é um país de jovens, da garotada. Aquelas pessoas que começam a saber que o Brasil está envelhecendo reclamam dizendo que já estamos falando muito dos idosos, que o idoso hoje em dia é motivo de propaganda em televisão, em novelas, nas revistas: é um tema muito presente. É um tema muito presente devido a esse enorme crescimento que ocorre no Brasil, na nossa cidade em particular, e que precisa de um foco todo especial. É sempre bom lembrar que essa ampliação do tempo de vida é uma grande conquista. A média de um brasileiro há pouco tempo, há 100 anos, em 1900, era de 33 anos. Possivelmente este Plenário estaria às moscas, só com as moscas, porque as pessoas não estariam vivas... E essa conquista do Século XX, que foi a possibilidade de viver mais, certamente, é para ser considerada um grande avanço que nós obtivemos no século passado. Não foi o avanço tecnológico, não foi o homem ter chegado à Lua, foi a possibilidade de qualquer cidadão viver o dobro do tempo que antigamente se vivia.

Agora, nós precisamos oferecer as condições para que esses anos a mais de vida sejam bem vividos, sejam na verdade anos de contribuição para a sociedade, sejam anos a mais que nós vamos exercer de forma plena e de forma saudável.

O Rio de Janeiro tem características muito especiais. Pelo fato de ter sido a capital brasileira na década de 50, quando o funcionalismo público tinha um poder aquisitivo muito maior, o grande sonho era ter seu apartamento na Zona Sul, em Copacabana, em particular, o que faz de Copacabana hoje um bairro onde 1/3 da população é composto de pessoas de mais de 60 anos. É um fato muito singular, muito particular, ter uma população de 30% de idosos. Hoje em dia, no mundo, encontramos em algumas regiões da Suécia, na costa leste e oeste dos Estados Unidos, na região sul da Inglaterra, são poucos os locais do mundo, locais de países ricos onde há essa proporção tão grande. Infelizmente,

nós acreditamos por muito e muito tempo que o Brasil não ia envelhecer, que o Brasil não chegaria a ter esse contingente tão expressivo de idosos como hoje temos. E por isso, nós precisamos ter um foco todo especial na questão do envelhecimento.

O Rio de Janeiro, com seu jeito gostoso de ser, com essa questão da inclusão, da absorção das pessoas que vieram de outro estado para a nossa cidade, pelo fato de ter sido Capital Federal, as pessoas que aqui vieram trabalhar não saíram, permanecem aqui, é um pólo ainda de grande atração, não só das pessoas virem para cá, ou daquelas pessoas que aqui trabalharam e continuaram na nossa cidade.

Infelizmente, nós, por não acreditarmos no Brasil, e nem que o Rio de Janeiro fosse envelhecer da forma que está envelhecendo... - e novamente frisando, é uma grande conquista. Nós não podemos pensar de uma forma negativa. Envelhecer é bom. A outra proposta é muito pior...

Pelo fato, então, do Rio de Janeiro estar envelhecido, o Plano Diretor tem que ter como item central, como eixo diretor, como norteador, como a questão mais fundamental dessa agenda a questão do envelhecimento. O Rio de Janeiro não é mais a cidade da população jovem, da garotada de 0 a 14 anos. O grupo etário que mais decresce em termos demográficos é exatamente o grupo jovem. A população trabalhadora, a população ativa até os 60 anos está estabilizada, e o grupo que dispara, que não pára de crescer são os idosos. Portanto, colocar num Plano Diretor uma preocupação especial, um eixo em relação aos idosos, nós não estamos fazendo nenhum absurdo, não estamos fazendo nenhum clientelismo, não estamos trabalhando em causa própria. Estamos apenas respeitando os dados demográficos que indicam que o idoso é questão central na Cidade do Rio de Janeiro.

Eu acho que nós temos que ter essa visão, esse espírito. Trabalhar, focar o idoso no Rio de Janeiro é simplesmente respeitar os dados epidemiológicos e demográficos. E aí, pegando um gancho do Dr. Sérgio Telles, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, da Seção Rio de Janeiro, ele falou sobre a questão de quedas. É um absurdo... É até uma tradição o que nós temos no Rio, na nossa História com os portugueses, como a Vereadora Cristiane Brasil mencionou, essas pedrinhas portuguesas que hoje em dia são motivo de um enorme número de quedas. Em Copacabana, com a sua transformação pelo Rio Cidade, há uns oito ou dez anos - no momento em que foram retiradas as pedras portuguesas, houve uma briga muito grande, muitas pessoas foram contra e houve um decreto importante de queda de idosos, porque esse mobiliário, esse piso não é adequado para a nossa cidade.

Outro fato é a questão dos ônibus. É inadmissível uma cidade como o Rio de Janeiro, uma cidade de médio, ou grande porte em relação à riqueza das grandes cidades mundiais, os nossos ônibus ainda serem tão anacrônicos, tão antigos, não ter rampas,

não ter possibilidade para o acesso de pessoas em cadeiras de rodas. São cidades relativamente pequenas na Europa, nos Estados Unidos que possuem esse mecanismo que é relativamente simples de descer a rampa, o motorista nem sai da sua cadeira, e possibilita a pessoa entrar. Eu não estou falando nenhum absurdo, não estou falando de nenhuma cidade que seja muito rica e nossa cidade seja muito pobre, estou falando em cidades que já têm uma possibilidade, o Rio de Janeiro se inclui como tal e que poderia ter uma facilidade muito maior em relação ao acesso.

Também falamos dessa questão dos espaços urbanos, dos prédios, do corrimão, das escadas, das portas. As portas para idosos têm que ter 90 cm e não 70, 80 cm, quando as portas largas falam em 80 cm. Hoje, já é um padrão internacional falar em portas de 90 cm. É isso que nós temos que entender, que ao fazer ações nessa área nós não estamos protegendo apenas o idoso, isso é muito mesquinho, é muito pequeno, porque um projeto desses ao beneficiar o idoso você está beneficiando o idoso e a sua família, o cuidador, que com a cadeira de rodas tem dificuldade de passar. É um projeto muito mais amplo, é mesquinho da parte de algumas pessoas que falam que é um projeto residual, porque atinge apenas 10, 12, 15% da população, como se isso fosse pouco. Mas não, é muito mais do que isso, porque atrás do idoso tem toda uma família, tem todo um conjunto de pessoas, tem toda uma sociedade e, aliás, o grande plano de todos nós é chegar lá, é ser idoso, nem que fosse para trabalhar em causa própria, começar a transformar os equipamentos para que possamos ter condições das pessoas viverem esses anos a mais, de forma plena, saudável, autônoma, independente, etc.

Como médico eu não posso deixar de falar da questão da Saúde, da questão das instâncias intermediárias, como eu chamo, que não é o hospital, não é o ambulatório. Nós precisamos ter muito mais centros de convivência, locais qualificados onde o idoso possa estar para liberar a sua família, para que a sua família possa ter seu dia, a sua jornada de trabalho plena, onde possa saber que esse idoso está sendo bem atendido pelos seus técnicos, fazendo com que ao voltar para casa seja uma pessoa com mais informação, uma pessoa com mais conhecimento, uma pessoa que foi cuidada no dia, para que ela possa ter nos seus fins de semana, no seu dia-a-dia, ou na noite com a família, uma contribuição maior. Investir nesse eixo, investir no idoso não é apenas proporcionar melhores condições para essa pessoa, para esse conjunto de pessoas, é poder fazer que haja uma harmonia maior entre os idosos e sua família.

Eu sempre cito um exemplo que é a informática que oferece um grande instrumento de conhecimento que é muito importante, porque, não apenas quebra aquela pseudo-ideia de que o idoso não é capaz de aprender, ele é capaz de aprender, sim, mas principalmente de criar diálogo entre gerações, entre o idoso e o seu neto que é um menino de 20 anos, que não fala com seu avô,

porque tem idéias e uma organização totalmente diferentes. Através da informática você pode fazer essa fusão, mas mais do que isso, hoje nós vivemos num mundo cada vez mais informatizado, nos bancos, hoje, nos terminais eletrônicos. E cada vez mais será a utilização da internet, a utilização desse instrumental tão importante que só tende a ampliar. Então, ter locais onde as questões contemporâneas fazem parte do dia-a-dia, que possibilitem não só integrar o idoso de uma forma mais consciente, mais robusta na sociedade, na família, como também permitir que esse idoso possa, na verdade, contribuir com esses anos a mais de vida para o progresso da nossa cidade.

Falar, então, de questões onde você inclua o idoso é uma coisa que precisamos pensar no Plano Diretor em áreas de Saúde com projetos preventivos, projetos de monitoramento de doença, projeto de detecção precoce - isso é algo de fundamental importância.

Por sorte, o Rio de Janeiro tem um conjunto de profissionais extremamente qualificado, e a Uerj tem um projeto, reconhecido pela Organização Mundial de Saúde, como um modelo a ser seguido. O nosso modelo é seguido em outros estados, em outros países como um exemplo de qualificação adequada para o idoso, um exemplo de modelos preventivos, de integração, participação, avaliação e reabilitação do idoso.

Portanto, a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro deveria ou poderia se utilizar mais desse mecanismo que é aqui ao lado, dentro da nossa cidade, numa universidade pública pertencente ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, para que possamos fazer parceria, para que possamos exercer todo esse conhecimento em prol da cidade, em prol da população de mais de 60 anos, em prol das famílias dessas pessoas.

Não vou me alongar, porque há vários colegas, companheiros aqui à Mesa, para oferecer suas contribuições, mas o que eu quero, como mensagem, ou como proposta maior que eu possa fazer para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e para o Plano Diretor, é que inclua - como uma questão central - nas agendas sociais e políticas da nossa Cidade do Rio de Janeiro, a questão do idoso.

Uma cidade, que soube tão bem acolher as pessoas que vieram de outros estados ou as pessoas que aqui se estabeleceram e não saíram, que faz do Rio de Janeiro ter a maior proporção de idoso do país, uma cidade tão bela, uma cidade tão linda, uma cidade - infelizmente com dificuldades -, mas com condições tão harmônicas para acolher o idoso, merece a da Câmara de Vereadores propostas firmes, propostas incisivas em prol de inclusão do idoso. E nós aqui, certamente, falando em meu nome e do grupo que está aqui à Mesa, queremos colaborar, queremos atuar, porque achamos que o Rio de Janeiro merece ter, na sua agenda central, na sua agenda política, a questão do idoso.

Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Ilustrando uma parte da fala do Renato Veras, queria ler que no Plano Diretor está escrito assim:

(LENDO)

TÍTULO PRIMEIRO DA POLÍTICA URBANA

Capítulo 1º dos Princípios e Diretrizes da Política Urbana no Município.

Art. 3º – A política urbana do Município tem por objetivo promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes – eu ilustrei a décima:

Universalização da acessibilidade aos espaços e prédios públicos, aos equipamentos urbanos e aos meios de transportes.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Bom, temos que furar esse bloqueio arquitetônico que faz com o que o idoso fique isolado e correndo risco dentro da sua própria casa. Eu queria também ilustrar o que tão bem falou o Dr. Sérgio “que nesse cenário de calçadas esburacadas, degrau com bloqueio físico, falta de calçamento, degrau no acesso aos prédios públicos, transportes coletivos urbanos, falta de semáforo com tempo maior, travessia adequada de pedestre – são dificuldades.

Então, vemos que o idoso está sentindo na pele e não sabemos esquecer que também temos um conflito de ritmo que está sendo sentido pelos idosos: quanto maior e mais global a cidade, mais acelerado é o ritmo dela e mais hostil esse ambiente. O idoso, com a lentidão imposta pelas suas próprias condições físicas, se expõe ao risco de acidentes e quedas e sente falta da gentileza urbana.

Eu queria falar também um pouco sobre a questão da saúde.

No Título IV, “Das Políticas Públicas Setoriais”; Capítulo IX, “Das Políticas Sociais”; Seção II, “Da Saúde”; Subseção I, “Dos objetivos”, Artigo 197 do nosso Plano Diretor, diz que a Política de Saúde tem como objetivos, no que tange às questões relativas ao desenvolvimento urbano: 1 – melhorar a qualidade de vida diretamente vinculada à saúde da população; 2 – promover a atenção integral à saúde da população; 3 – adequar continuamente as ações e a rede de serviços de saúde às necessidades da população, de acordo com o seu perfil epidemiológico; 4 – aprimorar a gestão e as qualidades das ações, serviços e equipamentos públi-

cos de saúde, a fim de garantir o atendimento da população com equidade.

Na Subseção II, das Diretrizes, Artigo 198. São Diretrizes da Política de Saúde: adequar o uso da tecnologia de saúde às prioridades e realidades do financiamento de Saúde Pública do Município.

Artigo 199. A Política de Saúde contemplará ações específicas para... 2 – fortalecimentos de iniciativas de Programa de Saúde da Família e 4 – qualificação da assistência hospitalar e estruturação do atendimento pré-hospitalar.

Temos que considerar o aumento da população idosa no planejamento da oferta do serviço. A imagem da saúde no Rio de Janeiro já está bastante desgastada. Nós vemos as emergências dos hospitais sempre lotadas de idosos; idosos no chão, carentes de apoio, sem leito geriátrico, sem internação hospitalar; não têm leitos de cuidados prolongados; centros dia, centros de convivência, residência coletiva, tudo isso está bonito no papel, mas a gente tem que fazer isso virar realidade.

O Dr. Carlos Maia vai falar sobre o número de geriatras para atender a população do Rio de Janeiro.

Não tem Programa de Prevenção de Saúde, como falaram o Dr. Renato Veras e o Dr. Sérgio... de prevenção primária, proporcionando o estímulo a uma vida saudável, não apenas cuidando de doenças. Temos, aí, calamidades públicas, como o tabagismo, que vem aumentando; temos, agora, a questão da Aids, com o aumento de casos na população idosa.

Eu acho que o grande problema do Rio de Janeiro e do Brasil é que as pessoas estão vivendo mal e morrendo mal. Morrem mal em casa; morrem mal no hospital e em instituições. Nós não temos um cuidado com o prolongamento da nossa vida. E essa vida está sem qualidade. A gente está vivendo muito, mas está vivendo mal. Então, a gente tem que tentar, de alguma maneira, através de iniciativas como essa e de pressão sobre os nossos gestores, cobrar medidas mais efetivas para resolver esses problemas.

Gostaria de convidar neste momento para fazer uso da palavra o gerente do Programa de Saúde do Idoso da Secretaria Municipal de Saúde, Dr. Carlos Maia.

O SR. CARLOS MAIA – Em primeiro lugar, quero cumprimentar a nobre Vereadora Cristiane Brasil, os componentes da Mesa, todos os convidados e os interessados no tema que estão no Plenário.

Para nós é um prazer participar desta Audiência para discutir as questões voltadas para a Terceira Idade e o Estatuto da Cidade do Rio de Janeiro, essa questão do Plano Diretor.

A questão da Saúde... tem as Diretrizes que a Vereadora Cristiane Brasil já colocou... o desafio é muito grande. Mas a gente vem trabalhando na gerência. A gerência, é bom que seja colo-

cado, dentro da Estrutura Organizacional da Secretaria está subordinada a uma Superintendência de Atenção Básica. Porque, hoje, o Programa de Saúde do Idoso está ligado à Atenção Básica da Secretaria de Saúde, que por sua vez está ligado a uma Subsecretaria de Ações e Serviços de Saúde, da qual a Dra. Magda Resende é a titular, por sua vez ligada ao nosso Secretário, Dr. Jacob Kligerman.

Eu quero colocar isso, porque às vezes falam assim: “O gerente tem que dar a solução para todas as questões”. O nosso cargo é um cargo técnico, a gente procura acompanhar todos os marcos legais que existem, eu acho que é um trabalho nosso procurar dar visibilidade, procurar com que todos os nossos profissionais tenham acesso à informação.

Nós temos políticas muito boas, desde a política nacional do idoso, em 1994; depois o Estatuto do Idoso; agora, mais modernamente, desde 19 de outubro deste ano, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, em que, pela primeira vez, dentro das diretrizes da política, o controle social se faz presente. Eu acho importante que a pessoa idosa esteja participando na elaboração. E não adianta só os técnicos levantarem as questões, fazerem um planejamento, acharem que o ideal para essa população é aquilo que eles estão escrevendo, sem que o maior interessado esteja participando.

Então, acho muito importante, iniciativas como essas. Espero que vocês tenham tempo, efetivamente, e participem, porque, às vezes, eu vou a alguns fóruns voltados para discutir a questão da pessoa idosa e o que eu menos vejo são os idosos, na platéia. Acho tal participação muito importante.

Eu acho que nós já temos um diagnóstico sobre essas questões todas há algum tempo. Tudo isso, a questão dos transportes, a questão do urbanismo, das pedras portuguesas, tudo isso, há quanto tempo que a gente escuta falar nisso, que a gente sabe disso. Diagnóstico nós já temos, embora precisemos efetivamente partir para a prática. E essa prática exige vontade política, determinação, destinação privilegiada de recursos; recursos humanos, recursos financeiros; porque às vezes você tem o financeiro mas não tem os recursos humanos para viabilizar.

Nós temos como missão na gerência promover a saúde no envelhecimento, através do atendimento humanizado em todas as nossas unidades de saúde, que não são poucas, são muitas unidades. Em termos de unidades básicas, temos para mais de 100; fora a estratégia de saúde da família, que a gente tem mais de 123 equipes, mas sempre pensando numa perspectiva multiprofissional, trabalhando de maneira interdisciplinar, para atender casos de doenças mais prevalentes da população idosa, visando com isso manter a pessoa idosa com autonomia, ou seja, com capacidade de decidir sobre as questões da sua vida e ter independência. Poder fazer coisas como vestir-se, alimentar-se, movimen-

tar-se, todas as atividades da vida diária, sem o auxílio das pessoas.

Isso é o que a gente busca. O objetivo maior do sistema de saúde é fazer com que a pessoa idosa tenha autonomia e independência. Para isso, nós elaboramos uma série de ações voltadas para as questões ambulatorial e hospitalar e também as questões extra-hospitalares, como a atenção domiciliar, do hospital-dia. Essa questão do centro de convivência e centro-dia é mais um equipamento voltado para a área da Assistência Social e não da Saúde; mas dentro da Saúde, hoje em dia, tem um outro marco legal, que é o Pacto pela Vida, uma Portaria Ministerial de fevereiro desse ano que coloca o idoso como uma das prioridades na sua Assistência, a ser pactuada entre os três níveis de gestão: municipal, estadual e federal. E nós temos que trabalhar essa questão para hierarquizar esse sistema. A saúde tem que ter uma gestão única em que haja o controle de todas as instâncias, de todos os equipamentos, para que possamos garantir essa integridade na assistência e na atenção à saúde, em especial da pessoa idosa. Muito se tem que fazer em termos de investimento, ou seja, de equipamento. Quando nós falamos em atendimento humanizado, temos que nos preocupar com as nossas unidades, sejam ambulatoriais, sejam hospitalares, que não estão ainda adequadas para o atendimento à pessoa idosa.

Então, tudo isso nós temos no nosso planejamento, todas as questões, os novos equipamentos... Estamos sempre juntos com a Assessoria de Engenharia e Obras, sempre colocando essas questões, porque, depois, para corrigir fica muito mais complexo. Se já no planejamento pudermos pensar nessas questões, vamos conseguir um custo menor, como já foi anteriormente falado.

Como gerente e profissional de saúde, médico, já milito há 33 anos na área. Conhecemos tudo; não entramos na gerência sem ter um conhecimento lá da ponta, das necessidades, das angústias. Quando a gente vê reportagens, assim como vocês, ficamos preocupados. Não estamos parados. A Secretaria está se movimentando, criando grupos de trabalhos para dar conta dessa questão da porta de saída, que hoje é um problema nas nossas Emergências. Mas isso tudo é um processo. E, principalmente, o desenvolvimento e a implementação dessas ações vão depender daquilo que já foi definido no nosso Estatuto do Idoso, na Lei 1.0741, de 2003, que é a destinação privilegiada de recursos. Sem recursos, vamos ficar falando uma série de coisas que deveriam estar acontecendo, mas não se vai conseguir viabilizar; vamos ficar só na vontade. Temos que lutar, e para isso temos que contar com a participação de todos, não só dos gestores, mas dos profissionais de saúde e dos usuários, no sentido de implementarmos uma política que dê conta das necessidades da pessoa idosa da Cidade do Rio de Janeiro.

Era isso que eu queria falar inicialmente e me coloco à disposição, como técnico com as limitações da sua área de atuação, em termos de poder decisório. Mas temos o compromisso de encaminhar todas as reivindicações, que, com toda certeza, nosso Secretário, na medida do possível, junto ao Prefeito, vai tentar viabilizar.

Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Dr. Carlos falou uma coisa que realmente é verdade. Os problemas a gente já sabe quais são, falta efetivamente as coisas acontecerem: cobrar de quem está com a caneta na mão. E achar que cada um não tem poder aqui? Tem sim. Quem colocou o Prefeito lá, fomos nós; quem colocou o Governador agora, fomos nós; quem elegeu o Presidente da República, fomos nós. Então, não podemos ser lembrados de dois em dois, de quatro em quatro anos. Meu poder é fiscalizatório, tenho como fiscalizar as ações do Prefeito, tenho feito isso. É poder de pressão, de pedido. Eu represento uma parcela da população. Mas também é pressão. Quem faz a gestão são os gestores. Acho muito importante a presença do Dr. Carlos, representando não só sua gerência, mas também uma parte da Prefeitura do Rio de Janeiro.

E na questão de resultados, o que mais um Vereador poderia fazer para influir no resultado? Nós tivemos esse ano a possibilidade de colocarmos R\$ 6,2 milhões em Emendas Parlamentares. E eu gostaria que vocês soubessem que eu dediquei R\$ 2,5 milhões para a Secretaria, que não é mais do idoso, mas Secretaria de Qualidade de Vida, na rubrica de pagamento do Rio Dignidade, para garantir que os beneficiários desse programa não percam direito de receber lá a sua ajuda de custo, porque sei que é muito importante para essas pessoas, que na maior parte delas são maiores de 80 anos, são pessoas que precisam desse dinheiro e que no passado tiveram dificuldades em receber esse recurso.

Dediquei também R\$ 500 mil na rubrica da Riolut, que também está hoje a cargo dessa Secretaria, das qualidades de vida visando um aumento da Iluminação Pública do Município em áreas que sejam transitadas por pessoas idosas, e em outras associações e entidades que representam os idosos no Rio de Janeiro. Então, de minha parte gostaria até de ter colocado Emendas, e vou até falar isso Dr. Carlos, na sua gerência. Mas não tivemos essa oportunidade, mas no ano que vem estaremos colocando. Coloquei também Emendas para recuperação de praças, para que os idosos possam utilizar-se desses espaços públicos de uma forma mais adequada. A minha parte está feita, sempre visando melhorar a qualidade de vida, o bem estar de vocês. Vamos cobrar agora que as autoridades façam a parte delas.

Gostaria de passar a palavra para a nossa querida Sra. Coordenadora de Projetos de Extensão da Unati, Sandra Rabello.

(PALMAS)

A SRA. SANDRA RABELLO – Bom dia a todos. Gostaria de ressaltar que é um grande prazer estar aqui participando desse evento tão importante para a Cidade do Rio de Janeiro, na cidade que a gente vive, a cidade que a gente gosta. É uma cidade que é conhecida no exterior, onde as pessoas falam do Brasil, falam do Rio de Janeiro, falam de Copacabana, falam da Floresta da Tijuca, falam de espaços muito importante para nós, e que para as pessoas que moram em outros países que não têm os recursos naturais que o Brasil possui é extremamente importante comentar esses aspectos do nosso país.

Gostaria de parabenizar também a iniciativa da Vereadora Cristiane Brasil, que algumas vezes, na Unati, nos nossos fóruns e nos nossos encontros, tem ressaltado esse interesse de a todo momento debater questões ligadas à cidade, ao idoso, à qualidade de vida. Foi sempre de interesse da Vereadora discutir isso com as pessoas que estão aqui presentes, com a Mesa, composta por pessoas de ponta nessas questões, pessoas de grande exercício profissional na área de envelhecimento, na questão da habitação, na questão da saúde.

Acho fundamental, como ressaltou o Dr. Carlos Maia na fala dele, a questão da participação dos idosos, porque não adianta discutirmos questões ligadas ao meio ambiente, à estrutura física da cidade, aos espaços públicos, como a senhora colocou, sem que a gente vá até os idosos e discuta com os próprios idosos o que eles estão achando da cidade, como eles vêem esta cidade, o que eles gostariam que fosse feito para eles dentro desta cidade? Então, acho que devemos consultar os idosos, e gostaria de ressaltar essa reflexão aqui no nosso encontro, que é de suma importância, porque só os idosos podem dizer o que é melhor para eles, o que está indo bem nesta cidade, o que não está indo bem e o que pode melhorar.

(PALMAS)

Então, acho que ouvir os idosos seria o ponto de partida dessa discussão sobre o Plano Diretor.

Gostaria de ressaltar que no art. 5º – das Diretrizes do Plano Diretor, o item 3 fala exatamente da promoção das políticas setoriais, resalta a questão do meio ambiente, do Patrimônio Cultural, uma vez que o Rio de Janeiro tem prédios do Século XIX, prédios inspirados numa cultura francesa, grandiosa, e que estão aí hoje em espaços culturais para que os idosos possam acessar. Mas esses prédios têm escadas em caracol, têm vários compartimentos de difícil acesso. Volto a ressaltar a questão dos espa-

ços públicos, porque o idoso hoje sai de casa, o idoso quer participar das atividades sociais, o idoso quer participar de eventos culturais, atividades esportivas, encontros sociais. E a nossa arquitetura mudou um pouco e preservou, claro, os prédios grandiosos que nós temos – este aqui é um deles – mas que não se adaptaram devidamente para esta população.

Sobre a questão da habitação, acho que há pessoas na Mesa que podem falar melhor. A questão dos transportes, o Renato já colocou, é uma preocupação de todos. A questão dos equipamentos urbanos, eu, como membro do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Idosa, representante da Uerj, Unati, juntamente com meus colegas do Conselho, recebemos constantemente queixas e denúncias com relação aos equipamentos, o acesso mais eficiente ao orelhão, um “102” que possa orientar o idoso onde ele pode encontrar determinados serviços com mais facilidade e maior compreensão para a pessoa idosa, isso é importante.

A questão das ciclovias, que ainda não estão bem definidas em nossa cidade. Os idosos constantemente são atropelados pelos ciclistas. E não só pelos ciclistas. Aqueles carregadores que prestam serviço às empresas de transporte e entrega também têm dificuldade de lidar no meio urbano com essa questão do idoso. E as ruas que são esburacadas, como as pessoas já colocaram também. O desenvolvimento físico, científico e tecnológico dos recursos deve ser observado; a administração do patrimônio mobiliário também, porque nosso patrimônio mobiliário na Cidade do Rio de Janeiro está se deteriorando. Nas denúncias que temos, também encontramos dificuldades por parte dos idosos em acessarem as rampas de acesso á cidade. A cidade é cortada por duas vias, a férrea e a do metrô, e entre essas vias há passarelas. Essas passarelas hoje, deterioradas pelo tempo e sem escadas rolantes, dificultam o acesso do idoso. O idoso tem que levar seu neto na natação, na escola, até ir participar de uma atividade dele, e encontra a dificuldade do acesso entre o bairro, na divisão que a linha férrea e a linha do metrô proporcionam hoje em dia.

Então, são várias questões, que eu tenho certeza que não só a Mesa aqui presente como todos os presentes e toda a população da cidade devem estar atentos.

Coloco-me á disposição para qualquer iniciativa que a senhora queira desenvolver à frente deste trabalho. E que realmente saíamos daqui com propostas inovadoras para as pessoas acima de 60 anos da nossa cidade, e também para a população, para nós, é claro.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Também para nós, que chegaremos lá. Eu quero chegar, quero passar, quero ir para a quarta idade, se Deus permitir.

Também acho que a discussão tem que passar pelo idosos, Sandra, tanto que... Cadê o pessoal do meu gabinete que estava aqui? Quantas idosas e idosos foram convidados para este evento? Quantas pessoas compareceram? É uma dificuldade, temos que vencer essa dificuldade. Isso não será um fator inibidor para mim, porque nunca foi e nunca será, mobilizar a população, trazê-los para a discussão. Vamos lutar contra a imobilidade, vamos lutar contra a resistência da população em discutir os temas do seu interesse. Isso é uma batalha. Mas nós temos disposição. Graças a Deus, tenho bastante vigor físico e pouca idade, e toda ela dedicada a essa causa. Então, vou aproveitar esses atributos para bater de porta em porta para que vocês venham falar comigo sobre seus interesses. Não adianta fugir. Estou falando para os que estão e para os que não vieram. Isso é para todos vocês.

Vamos passar a palavra, então, à Sra. Assessora da Coordenadoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Urbanismo, Sra. Eugênia Loureiro.

A SRA. EUGÊNIA LOUREIRO – Eu queria agradecer o convite e parabenizar essa iniciativa da Vereadora, que é importante na discussão do Plano Diretor, não apenas na questão dos idosos, mas em tudo o que o Plano Diretor implica para a cidade. Participei da coordenação técnica da elaboração do Plano. O Plano foi elaborado exatamente nessa Coordenadoria de Planejamento. Houve uma discussão no Conselho de Política Urbana. Compur, e foi encaminhado para a Câmara de Vereadores pelo Executivo. E parece que ainda precisa ter muita discussão para o Plano Diretor, ainda há algumas coisas que precisam ser aperfeiçoadas. Pela discussão que estou vendo aqui, uma delas certamente pode ser a questão do idoso. Ainda que algumas questões específicas do idoso não sejam objeto diretamente do Plano Diretor, porque se trata de um plano mais geral, digamos assim, as diretrizes sugeridas, especificar essas diretrizes, especificar essa característica da nossa cidade parece ser uma coisa que podemos acrescentar e modificar no Plano Diretor. Ainda está em tempo não só de fazer emendas dos Vereadores, mas até mesmo incluir os que vêm do próprio Executivo. Ainda há emendas vindo do próprio Executivo a partir de sugestões feitas no Conselho de Política Urbana, por exemplo. Parece que isso é possível.

Para que seja feito de forma mais eficiente, talvez seja interessante vocês saberem o que é o Plano Diretor. Ele está aqui. Quem acessa a *Internet*, acessa o *site* da Secretaria de Urbanismo, logo no início tem o acesso ao Plano Diretor. Esse documento aqui foi impresso direto do *site*. Existe também no Diário Oficial, impresso pela Câmara de Vereadores.

Então, o Plano Diretor tem basicamente quatro divisões. Ele trata da política urbana, de forma geral; trata da ordenação do território, que é isso que a Vereadora falou de zoneamentos, de macrozoneamentos, etc; ele cuida dos instrumentos para execu-

ção dessa política urbana, em particular os instrumentos do Estatuto da Cidade; e o último capítulo, que é o das políticas públicas setoriais, que foi especificamente o que eu coordenei e me trouxe aqui hoje para conversar. Eu conversei também com o pessoal da saúde, existem pessoas dentro da Prefeitura estudando a questão do idoso. A acessibilidade é uma questão central. Então, parece-me que é possível nós colocarmos – já foi ressaltado em alguns artigos – é possível enfatizarmos essa questão para o idoso.

Quanto à questão da cidade, da residência e outras, também podemos encontrar os lugares. Porque temos, dentro da parte dos instrumentos, o que vai falar dos instrumentos regulatórios. Um deles é o Código de Obras. No Código de Obras e Edificações, nós podemos sugerir a adequação, ser mais específicos em alguns termos, criar um artigo específico sobre isso, dar orientação na hora de possível revisão de um regulamento do Código de Obras e Edificações. A mesma coisa em relação aos equipamentos públicos. Podemos até sugerir que os equipamentos públicos e os espaços públicos podem ser exemplos de implantação desse tipo de política. Eu anotei algumas coisas que podem ser da competência do Plano Diretor e podem ser sugestões a ele. Algumas ultrapassam a questão do Plano Diretor, outras podem ser enfatizadas no Plano e até colocadas para serem atendidas pelo desdobramento do Plano.

O Plano Diretor se desdobra numa Lei de Uso e Ocupação do Solo e nos Regulamentos – Regulamento de Zoneamento e vários outros regulamentos. Então, o Plano Diretor pode orientar que esses regulamentos atendam a determinadas condições. Uma delas é priorizar a questão do idoso, porque o Plano se detém sobre outros segmentos da população. Então, se faz isso, pode também fazer sobre o idoso.

Essa questão dos centros de convivência eu achei extremamente importante, e outras coisas me fazem pensar também. Acho que foi meu companheiro aqui ao lado que falou sobre a questão da conscientização. Parece-me que existem outros setores da sociedade que precisam ser conscientizados em determinadas questões. Quer dizer, os construtores, com que nós lidamos o tempo todo, precisam ser conscientizados dessa questão. Os empresários que constroem essa cidade também. A Prefeitura faz o código, mas os construtores constroem e eles também podem ser conscientizados sobre isso.

Falou-se muito sobre o ônibus, a questão do degrau. Eu acho que nós precisamos conversar com os motoristas dos ônibus porque não é apenas o degrau. Os motoristas dirigem como se fossem todos jovens dentro do ônibus. E as pessoas caem dentro dos ônibus. É uma grande velocidade. Eles fazem curvas sem pensar que há pessoas que estão em pé. A minha mãe, por exemplo, tem 75 anos e sofreu uma queda no Metrô. Porque o Metrô dá um solavanco. A pessoa tem que parar com aquele solavanco. Ele pára, a pessoa pensa que vai abrir a porta, a porta não abre,

ele dá um solavanco, as pessoas não estão segurando e caem. A minha mãe caiu e até hoje ela não está perfeitamente bem depois dessa queda no Metrô. Então, isso eu acho que é uma questão maior. Eu acho que tem que conscientizar as pessoas, realmente, sobre esses diversos aspectos.

Eu me coloco à disposição para eventuais sugestões porque me parece que uma das demandas, uma das questões aqui – até meu colega da Secretaria ainda vai falar sobre isso, o Luis Fernando, que pode até ser mais específico – são as sugestões e propostas que nós temos tempo de incorporar, efetivamente, ao Plano Diretor. E também a forma de nós fazermos isso.

Obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Bom, Eugênia, eu fiquei muito feliz com a sua presença. Acho que vai ser fundamental, realmente, a gente fazer essa conscientização. Nós estamos atentos a essas coisas porque a gente lida com isso todos os dias. Mas é importante que a gente mude, como eu falei no início, aquele foco que você citou aqui, mas não especificamente, do homem médio para o desenho universal. Temos que tirar o foco do homem médio, que é uma ficção, e tentar abranger esse conceito de desenho universal, que vai trazer para dentro do planejamento da cidade justamente as diferenças, as nuances, que incluem essas outras parcelas não abarcadas no conceito do homem médio, de idade média, estatura média, enfim, independência normal, saúde normal. Hoje, a gente sabe que não é bem assim que a população do Rio está. Como a gente colocou aqui também gostaria de deixar isso enfatizado –, a população do Rio está envelhecendo cada vez mais. Todos temos que ter o foco na velhice, porque nós todos chegaremos lá. A outra proposta, como disse o Renato Veras, é muito pior. Então, a gente tem que fazer isso enquanto dá tempo: mudar um pouco o foco. Como o Renato Veras também falou muito bem, não devemos fazer clientelismo. A gente não propõe o clientelismo, até porque não é bem por aí. É uma questão de observar os dados demográficos e observar que o futuro é esse: o aumento expressivo da população idosa e as pessoas envelhecerem.

Eu sugiro e quero que saia como resultado desta reunião de hoje um grupo de trabalho que faça, juntamente com vocês, as propostas, que inclua uma outra visão, um outro foco dentro desse Plano Diretor, tendo em vista que temos até abril para apresentar essas Emendas. E é claro que essas Emendas têm que partir muito mais do próprio Poder Executivo do que de nós, pois corremos o risco da inconstitucionalidade.

Então, nós vamos fazer as sugestões sem nenhuma vaidade, muito pelo contrário. Eu sempre gosto de deixar claro aqui que tudo que eu faço, na verdade, não é para mim, mas sim para a

população do Rio de Janeiro. Se sou veículo hoje, é porque Deus me colocou nesse lugar e eu quis isso, eu fiz um compromisso com os idosos. Quando fui Secretária da Terceira Idade no Governo Cesar Maia, prometi para mim mesma que, enquanto eu tivesse disposição de trabalhar como política (o que é muito difícil, complexo e complicado), esse meu trabalho político seria dedicado a essa parcela da população que eu vi que precisava de tudo.

Então, foi por isso que resolvi me dedicar a esse trabalho e quero levar isso até o fim. Logo, convido todos os presentes e, inclusive, os nossos espectadores que terão direito à fala para que participem desse processo. Vamos fazer reuniões até abril, vamos fazer um documento e entregar a vocês para que possam nos dar esse retorno e mudar, de forma realmente efetiva esse foco do Plano Diretor.

Agora, quanto à conscientização dos construtores, vamos trabalhar juntos também nisso, porque o construtor só entende uma linguagem – fiscalização. Sabemos que, enquanto eles não sentirem no bolso prejuízos ou não-lucros, eles não se conscientizarão. Então, nós temos aí um Código de Obras enorme, contendo normas que eles estão obrigados a cumprir para poder construir. Daí, se podemos mudar esse Código de Obras, a fim de obrigá-los a se conscientizar, creio que esta seja a única maneira efetiva, porque, se adotarmos outra, não teremos sucesso. Então, contamos muito com isso, até porque, sem a parte técnica, é impossível para mim, como leiga, compreender aquele calhamaço. Assim sendo, vamos fazer um grupo de trabalho para poder modificar esse Código de Obras também e apresentar Emendas a ele, através da Câmara, a fim de regulamentar essa obrigação, essa conscientização.

Gostaria de chamar, para fazer uso da palavra, o nosso Digníssimo Luis Fernando Salgado, Assessor do Secretário Municipal de Urbanismo Augusto Ivan Freitas Pinheiro.

O SR. LUIS FERNANDO SALGADO – Minhas saudações a todos, e obrigado pelo convite para fazer parte da Mesa, pois, na verdade, vim muito mais como observador deste fórum para me aprimorar na elaboração da Legislação concernente à pessoa portadora de deficiência, que é um dos meus atributos dentro do Gabinete da Secretaria Municipal de Urbanismo. E também pedirei licença para me afastar um pouquinho desse cargo de Assessor de Secretário e me aproximar da minha principal função, que é de educador e cidadão.

Tentando responder às perguntas da Sra. Vereadora Cristiane Brasil, e a primeira delas seria: “Como garantir total acessibilidade às pessoas?”. A primeira coisa que devemos perceber e colocar no foco das atenções é que não existe, efetivamente, esse homem médio. Temos que trabalhar para o ser humano, ele que está desde a barriga da grávida até o estágio de vida dos senho-

res. Nós temos que pensar numa Legislação, num conjunto de ações que possam abraçar toda esta clientela. Temos também que pensar não apenas na situação dos senhores, mas, sim, na prevenção da redução da velocidade curva de envelhecimento. Temos aqui dois geriatras, duas pessoas ligadas à geriatria, e eles sabem perfeitamente que é inevitável, que se nós continuarmos a viver, nós vamos envelhecer. O importante é que essa curva de envelhecimento seja a mais lenta possível para que nós consigamos ter uma qualidade de vida razoável.

Então, todos os esforços da Secretaria Municipal de Urbanismo e de outras Secretarias, como a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, por intermédio da Funlar, consistem exatamente em criar um conjunto, uma massa crítica, para que a gente possa elaborar uma Legislação para uma cidade complexa, como é a Cidade do Rio de Janeiro, para uma população complexa, como é este ser humano, e para uma sociedade complexa, que ainda não está conscientizada dos benefícios dessa Legislação a aplicar na Cidade do Rio de Janeiro, para torná-la realmente uma cidade sem barreiras.

A total acessibilidade vai ser praticamente impossível de ser atingida, porque é uma cidade já pronta, com 500 anos de idade, com um Patrimônio Histórico precioso, que também não pode ser destruído em função de outras necessidades. Nós temos que aprender a compatibilizar essas duas situações, uma situação já existente com uma nova visão da sociedade sobre si mesma.

Então, o que foi utilizado? Foi utilizado o desenho universal. E, dentro da Secretaria Municipal de Urbanismo e principalmente da Funlar e da SMS, de modo a não criar maiores empecilhos ao sucesso desse programa, porque todos nós queremos que esse programa tenha sucesso, foi criada e está aqui já na Câmara de Vereadores, na Comissão de Justiça e Redação, a última Legislação concernente às pessoas portadoras de deficiências. Nela, todos nós somos contemplados, graças ao conceito de “gradientes de acessibilidades”. Como já é uma cidade construída, com uma série de barreiras que não podem ser retiradas, como há necessidade de serem aproveitados os espaços da cidade, criou-se o conceito de “gradientes de acessibilidade”, ou seja, o imóvel, o terreno, o espaço público, o prédio público, o espaço aberto, o espaço fechado, dependendo de determinadas características, têm que ser o mais possível acessíveis dentro dos conceitos de desenho universal, como a maior gama antropométrica possível, que evite os erros, que permita inovações, porque a tecnologia está avançando a um ponto em que, hoje, o ambiente não é acessível, mas amanhã ele poderá ser acessível, porque a tecnologia está trabalhando para isso.

Quero dizer também que já existe há 20 anos uma Legislação que trata dos prédios públicos e espaços públicos, e que, na verdade, ela caiu no esquecimento. O que a gente está fazendo é retomar essa Legislação. Já é obrigatório há muito tempo que to-

dos os prédios públicos e todos os prédios que tenham atendimento coletivo sejam acessíveis a todas as pessoas. O que não está acontecendo é que isso esteja sendo devidamente divulgado a todos os usuários e que esses usuários façam exigir o seu direito. Nós, da Funlar e da Secretaria Municipal de Urbanismo, estamos desenvolvendo e já desenvolvendo esta questão desde 2002, quando foi lançada a primeira Lei, a atual versão do Decreto Federal 2.084/2000, que prevê a adaptação dos edifícios. Foi uma Lei que saiu aqui desta Casa, e seu autor se tornou Vice-Presidente, tratando da adaptação dos condomínios residenciais, e eu tive o prazer de fazer a sua regulamentação. Agora, aqui nesta Casa, está o complemento desta Lei que abrange todas as outras edificações e eventos que contemplem o público. E já deve estar sendo aprovada.

Nesse período, também estudamos formas de garantir a sensibilidade da cidade. Não adianta, isso vai ser um processo cultural de aceitação das pessoas. Nós, juntamente com a Funlar, que é uma grande parceira da SMU, temos feito uma série de pesquisas sobre qual seria o melhor piso a ser adotado, como deveria ser a travessia de pedestres, como deveria ser o sinal, não só para o idoso, mas para o cadeirante, para o deficiente visual, o deficiente auditivo. Como evitar que os carros utilizem-se do passeio para estacionamento? Como se poderá garantir, de fato, a acessibilidade a uma cidade como a do Rio de Janeiro, com essa complexidade que tem a Cidade do Rio de Janeiro? Como reproduzir os elementos que vão garantir esta acessibilidade em escala industrial? Não adianta, nós não podemos esconder o sol com a peneira, porque fazer uma rampa e uma travessia de pedestres com sinal luminoso, com tempo suficiente, fazer uma só é fácil, mas fazer 1000 é muito difícil, manter 1000 é muito difícil. Então, nós temos que criar um protótipo, um desenho, que possa ser repetido com facilidade e sem erro por pessoas que não tenham capacitação, não tenham ainda a percepção de que 1cm de diferença é uma grande diferença e pode causar um estrago muito grande a uma pessoa.

Também estamos trabalhando no sentido da postura, porque isso tudo, na verdade, tem sido trabalho de profissionais de secretarias, mas de forma isolada, embora com conhecimentos de nossos superiores. Está já no Gabinete do Prefeito a criação da Comissão Permanente de Acessibilidade, que vai ser um órgão que vai administrar todo esse processo de transformação do Rio de Janeiro numa cidade acessível no que tange à edificação, no que tange ao sistema de transporte, ou seja, a tudo que diga respeito à acessibilidade da cidade. Mas, para isso, nós precisamos de recursos humanos, recursos financeiros, capacitação profissional, conscientização da população.

Eu sempre comento em sala de aula que nós somos os protagonistas da nossa indignação. Foi aqui falado do tempo do sinal. Na verdade, o que tem que acontecer é que, quando tem uma

pessoa atravessando na faixa, o carro não pode sair. Não é o tempo do sinal que tem que ser mudado porque, às vezes, esse tempo do sinal implica uma melhor fluidez de trânsito. Agora, enquanto tiver uma pessoa usando uma faixa de pedestres, e o lugar da pessoa atravessar a rua é na faixa de pedestres, o carro não pode sair. Então, tem que haver esse respeito, e eu falo que nós somos os protagonistas da nossa própria indignação, dependendo do papel que nós estamos atuando no momento. Se nós estamos dirigindo e avançamos o sinal, nós não achamos uma coisa muito grave, mas, se nós somos o pedestre e vimos um carro avançar o sinal, nós ficamos muito mais indignados. Se nós estamos dentro de um ônibus e ele não pára onde a gente quer, nós ficamos indignados. Se nós estamos num ponto de ônibus e ele não pára no ponto de ônibus em que ele tem que parar, ali perto, no meio-fio, que é o lugar certo, se a gente não vê isso, nós ficamos indignados.

Então, nós também temos que mudar o nosso comportamento perante nós mesmos, porque senão não vai adiantar. Um papel não vai resolver o problema e, sim, a nossa mudança de comportamento é que vai resolver. Falo que a gente tem que trabalhar o ser humano porque todos nós queremos viver bem, e, quando a gente procura estabelecer novos padrões de habitação, novos padrões arquitetônicos para atender a maior gama possível de pessoas, estamos tratando também da prevenção, da garantia de uma Terceira Idade mais saudável. É impraticável que tenhamos degraus de escada altíssimos que venham prejudicar as articulações de uma pessoa jovem, porque, quando chegar na fase de desgaste da articulação, ela já sofreu muito mais do que deveria. Então, isso não é só um trabalho para a terceira idade, é um trabalho para todo ser humano.

Por que ainda existem algumas pessoas que ignoram esses aspectos da acessibilidade? É uma questão cultural: até há 20 anos, as pessoas não respeitavam o meio ambiente. É preciso que haja campanhas educacionais na televisão. Todo mundo se lembra do Sugismundo, e funcionou. Então, é dever do Estado. Isso tem que ser considerado não como uma política de governo, mas como uma política de Estado: que voltem novamente essas campanhas de conscientização, de que somos responsáveis por nós mesmos.

Não adianta colocar só a fiscalização, porque terá que ter um fiscal por habitante e um fiscal por fiscal, e não há recursos financeiros e humanos para isso. É um processo em desenvolvimento, que não foi divulgado. Há uma série de trabalhos aqui do Legislativo e do Executivo de cunho social que não são divulgados, mas estamos trabalhando com isso há muito tempo.

Isso também vai requerer estudo. Temos que estudar qual a melhor solução, não só para a sua aplicação, mas para a sua manutenção. Qual o melhor piso para a pessoa da Terceira Idade, que atenda ao cadeirante, à pessoa com dificuldade visual, à ges-

tante, à pessoa com esporão ou sei lá o quê? Qual o melhor piso? Temos que pensar nisso, e que seja de fácil manutenção, porque não haverá pessoas suficientes para manter isso tudo. Então, há uma série de procedimentos que estamos tentando implementar, mas ainda muito embrionariamente, porque é uma situação nova.

Com respeito à Casa, o papel de pressão da população é fundamental, porque há certos vieses da questão da acessibilidade que transcendem a esfera municipal, transcendem a esfera estadual e, na verdade, vão para a esfera federal. É preciso que haja um financiamento para a adaptação dos imóveis. Não adianta o Legislativo Municipal dizer que todo imóvel tem que ser adaptado, se não há o financiamento, porque a renda das pessoas, principalmente a renda das pessoas da Terceira Idade é mínima, é mínima.

Hoje em dia, o conceito que se tem é que a casa, por ser um investimento muito grande, sirva da infância até a Terceira Idade, para que as pessoas não precisam necessariamente se deslocar de habitação. Então, é preciso que abram fontes de financiamento por parte do Governo Federal para atender a este tipo de clientela: “Eu preciso de dinheiro emprestado para adaptar o meu banheiro”. Eu preciso de dinheiro emprestado para melhorar o meu condomínio”. Porque não é só o prédio novo, não é descartar o antigo. É preciso que haja esse tipo de financiamento.

Eu peço à Sra. Vereadora que me refresque a terceira pergunta, porque eu esqueci. Agora, um aparte: não esqueçamos nunca que democracia e justiça são coisas diferentes. Então, o poder de pressão dos senhores é muito forte. Porque democracia não é justiça. Democracia é a fala daqueles que têm maior representatividade, daqueles que têm maior consciência daquilo que querem. E, às vezes, essas pessoas não estão lutando por causas justas.

Por favor, qual é a pergunta número três?

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) - A pergunta número três está relacionada à questão das casas seguras, das cidades seguras, que facilitem não só a vida da população idosa, mas - como você falou - da família inteira.

O SR. LUIS FERNANDO SALGADO - A partir do momento em que essa Lei, que está agora em trâmite nesta Casa, seja aprovada, nós vamos iniciar o desdobramento desse processo, que é, na verdade, um trabalho conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social, com a Secretaria da Terceira Idade, com o Gabinete do Subprefeito, com a Funlar, com a Riotur. Tudo isso surgiu da demanda de setor hoteleiro, e nós ampliamos isso para a cidade inteira.

Houve uma demanda de setor hoteleiro, um questionamento sobre se deveria seguir uma Lei Estadual que obrigava a todos os hotéis facilidade de acesso. Nós encaminhamos essa demanda à

nossa Procuradoria e a Procuradoria disse que nós não deveríamos seguir a determinação estadual, mas que nós não estávamos exonerados de fazer a nossa própria Lei. Então, nós começamos a trabalhar com esta lei. Atendendo a determinação do então Subprefeito da cidade, nós ampliamos para todas as edificações, inclusive industriais. Por quê? Porque há uma obrigatoriedade legal de que as pessoas portadoras de deficiências, independentemente de quais sejam, tenham o seu espaço no mercado de trabalho. Portanto, o ambiente de trabalho dessas pessoas também tem que ser adaptado. A partir da aprovação dessa Lei, será detonada a sua regulamentação. Aí, nós vamos regulamentar a Lei, praticamente sob a forma de um Código de Obras, que vise a essa questão da segurança, que vise a essa questão do redimensionamento dos compartimentos, de forma que a edificação seja acessível a todas as pessoas, e segura.

Agora, o fazer cumprir isto está muito sob a responsabilidade do consumidor, do usuário desse equipamento.

Não estou aqui como Assessor do Secretário, mas sim como educador, como uma pessoa que trabalha com essa causa há muito tempo. Mas eu vim aqui, no princípio do ano, porque iria ter um grande evento sobre acessibilidade, e eu fui convidado, juntamente com o Amarildo Baltazar, da Funlar, para analisar esse prédio e propor soluções de acessibilidade para esse prédio. Foi feita a proposta. E aquela rampa não estava proposta, porque aquilo ali é impraticável.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) - Muito obrigada por esta parte. Realmente, é impraticável.

(PALMAS)

O SR. LUIS FERNANDO SALGADO - Foi desenhada a rampa. Foram criadas alternativas - como colocar o elevador; como chegar às pessoas; tudo isso foi posto. Infelizmente, não foi executado.

Nós fomos também à Casa Cor. É um absurdo, um profissional que se diz arquiteto, que se diz ambientador, não pensar num ambiente que seja acessível a todos. Nós fomos lá; colocamos a Secretaria Municipal de Urbanismo e a Funlar à disposição dessas pessoas, para orientar sobre como deveria ser a acessibilidade. Inclusive, como o ambiente é, em princípio, trabalhado por profissionais da área, poderia ser ao mesmo tempo belo, funcional e acessível. Infelizmente, não fomos procurados. Mais tarde, recebemos uma carta de desculpas da Coordenadora desse evento, dizendo que nunca mais vai contratar essa firma, porque foi a primeira vez, de todas as vezes que houve Casa Cor, a partir do momento em que questão da acessibilidade foi tratada com mais carinho, que eles não seguiram os preceitos da acessibilidade.

Quer dizer, se as pessoas fossem lá, logo na bilheteria e dissessem assim: “Não entro, porque isto aqui não é acessível”, ou então, “Me dá o meu dinheiro de volta, porque eu não consegui chegar ao segundo andar, e a obrigação por Lei é que todo o ambiente coletivo seja acessível”, eu acho que a mudança de comportamento por parte dessas pessoas também iria se alterar, porque, antes de mais nada, antes de pertencermos ou não à Terceira Idade, somos todos cidadãos e consumidores, e eles dependem da gente.

Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) - Bom, Luis Fernando, você fez colocações que eu acho fundamentais, espero que todos tenham prestado atenção, porque acho que vivemos um momento, eu queria abrir só uma aspas, em que o que se espera do um estado, de um Poder Público Municipal, Estadual e Federal é que ele seja o papai e a mamãe da gente, que ele dê colo, que ele faça tudo o que o povo precisa; quando, na verdade, a gente tinha que lembrar aquela ilustre frase do Kennedy, então Presidente dos Estados Unidos: “Não perguntem o que o país pode fazer por vocês, mas o que vocês podem fazer pelo país também”.

Então, a gente briga muito para que a população tenha uma maior participação, tenha uma maior voz e se manifeste, porque o estado, os Prefeitos, as Prefeituras, os Governos Estaduais e o Governo Federal só existem porque a gente deixou, porque a gente quer, porque a gente decidiu, e decide a cada dois anos! A gente decide de novo! A gente ratifica isso, através do voto, da participação nas eleições!

Então, o que o Luis Fernando está dizendo é que essa discussão tem que passar pela sociedade; tem que passar, sim, por cada um dos consumidores desse mobiliário urbano, dessas instituições, dessas casas! Quando vocês compram uma casa, vocês não vão perguntar ao construtor por que ele não colocou uma porta mais larga, mas deveriam perguntar! Deveriam perguntar também por que o piso é escorregadio, porque disso vai depender a segurança de vocês, mas não pensamos muito nisso, porque não estamos acostumados; mas vamos nos acostumar! Vamos mudar isso aí!

Eu não acredito em status quo. Aliás, uma coisa que marcou muito a minha gestão como Secretária foi o fato de ser oriunda da advocacia, de ser profissional liberal, ou seja, se eu não trabalhasse, eu não tinha salário. Quando fui Secretária, quando sentei na cadeira de Secretária pela primeira vez, pedi para a funcionária bater um ofício para mim, um decreto que eu queria fazer como Secretária. Aí, ela virou-se para mim e falou: “A senhora não vai conseguir fazer, é impossível!” E se tem uma coisa que

eu não admito é que me digam que uma coisa é “impossível” sem que eu tenha tentado.

Portanto, o que eu vou dizer a vocês, mais uma vez, é que eu só acho que uma coisa é impossível depois de ter tentado um milhão de vezes. Vou tentar um milhão de vezes fazer com que haja uma participação da Terceira Idade efetiva nesse processo que a gente começou hoje, eu vou envolver os grupos, vou envolver as pessoas, vou fazer reuniões. Pretendo formar aqui um grupo de trabalho para oferecer sugestões à Secretaria, ao Compur, às pessoas que elaboram esse Plano Diretor, e a gente vai conseguir, porque até que eu consiga, ninguém vai dizer que eu não vou conseguir.

E o senhor afirmou uma coisa que eu estava pensando e eu acho que a gente poderia deixar isso mais claro, aqui, para as pessoas e para mim também. Trata-se dessa Lei. Vocês apresentaram uma Lei à Câmara, que está tramitando na Comissão de Justiça. Foi por meio de algum Vereador?

O SR. LUIS FERNANDO SALGADO - Pode perguntar para o Antônio Carlos.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) - Quem foi? Houve algum Vereador envolvido?

O SR. LUIS FERNANDO SALGADO - Não me lembro, Vereadora Cristiane Brasil, porque saiu do Gabinete do Vice-Prefeito e eu perdi contato com ela. Mas o Antônio Sá, nosso representante legislativo, sabe. Eu sei que ela já está na Comissão de Justiça e Redação e já está bem adiantada. E é importantíssimo que essa Lei saia! Estamos nos articulando para regulamentá-la.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) - Você sabe o nome da Lei? Eu pergunto ao Antônio. Não tem problema, depois lhe informo.

O SR. LUIS FERNANDO SALGADO – Projeto de Lei nº 51, alguma coisa assim. E gostaria também, desculpe interrompê-la, de informar que no Gabinete da Secretaria de Urbanismo, estou sempre à disposição do Legislativo para tirar qualquer dúvida referente a Projeto de Lei que vise a acessibilidade e à Terceira Idade. Porque chega às minhas mãos a análise do Projeto, e às vezes a intenção é boa, mas a Lei não é factível de acontecer por vários motivos que a gente pode superar. Infelizmente, tive que dar um parecer contrário para um Projeto de Lei de um Vereador, porque a gente estava mandando uma coisa melhor. A uma outra senhora também tive que dar um parecer contrário porque o que ela estava pleiteando na Lei, embora justo, não era de competência do município. Então, é um desgaste muito grande.

A gente pode juntar esforços e trabalhar, no sentido de fazer acontecer esse Projeto. Que essa política tenha realmente sucesso dentro do território da competência municipal.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Dentro disso também, já fui Secretária e participei de alguns grupos de trabalho, até com o Dr. Carlos Maia também. Queria saber o seguinte: o senhor disse que existem estudos que seriam úteis ao Renato Veras, ao Dr. Sérgio, a mim, à Sandra, enfim, a todos nós profissionais que lidamos com essa área e gostaríamos de estar mais vinculados a esse tipo de informação. E percebemos, não é Carlos?, que esses grupos somem, os estudos desaparecem, tudo que a gente fez e projetou é jogado no lixo. Onde estão esses estudos? Como a gente tem acesso a eles? De que forma poderíamos estar divulgando até essas informações?

O SR. LUIS FERNANDO SALGADO – Fizemos um estudo importante junto com a Funlar – acho que todo mundo sabe que a Funlar é praticamente um órgão de prestação de Assistência Social, nos três níveis de Governo, Municipal, Estadual e Federal, principalmente à Terceira Idade e às pessoas portadoras de deficiência. Fica ali no Ciad (Centro Integrado de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência) Mestre Candeias. Então, qual foi nosso estudo? De que maneira nós poderíamos permitir que as pessoas chegassem ao Ciad da Presidente Vargas através dos meios de transporte, pelo trem, pelo Metrô e pelo ônibus? Então, nós fizemos uma rota acessível, saindo do Ciad Mestre Candeias até a Central do Brasil, utilizando várias técnicas de desenho urbano de proteção ao pedestre, de evitar que automóveis estacionem em cima da calçada, de criar um estacionamento acessível, qual o tipo de piso adequado para um cadeirante, não dando tanta trepidação para um deficiente visual. E foi encaminhado ao Ministério da Cidade. E parou.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Vocês tem cópia disso?

O SR. LUIS FERNANDO SALGADO – Eu tenho, e a cópia está colada na minha mesa. Outro trabalho que fizemos foi Copacabana Mobilidade. Foi o que detonou isso tudo.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – E onde está?

O SR. LUIS FERNANDO SALGADO – Está lá na Funlar, sob forma de CD. Está lá o Projeto Copacabana Mobilidade, aguardando recursos para ser executado.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Queremos solicitar, aqui e agora, esses Projetos. Vamos marcar.

O SR. LUIS FERNANDO SALGADO – E a gente pode até fazer uma apresentação.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Participei do Projeto Copacabana Mobilidade e nunca mais ouvi falar.

O SR. LUIS FERNANDO SALGADO – Para vocês verem como é a coisa. Há uma determinação – não sei que Decreto é esse – que obriga que a cidade seja 70% acessível até 2007, e 100% até as Olimpíadas. Quer dizer, essa questão da acessibilidade passa, não só por nós cidadãos, mas pela própria posição da Cidade do Rio de Janeiro no cenário internacional. Não adianta fazer propaganda turística, de gente sambando na beira da praia, dizendo “Venha à minha cidade”, porque a melhor propaganda é o cidadão dizer: “Venha à minha cidade, que é uma cidade agradável”.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Deixa eu continuar aqui para podermos dar voz ao povo, porque o povo quer falar. Eu queria agradecer mais uma vez, Fernando, pela participação, já sabendo que serão convidados novamente para outras reuniões dessa, essa foi a primeira e vamos dar seguimento a isso, porque haverá outras. Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Augusto Cesar Boisson, Presidente da APPP, que é a Associação dos Proprietários dos Prédios do Leblon, Ipanema e representante da Zona Sul no plano estratégico.

O SR. AUGUSTO CESAR BOISSON – Boa tarde a todos! Estamos representando o cidadão brasileiro, precisa e pontualmente como hoje, a pessoa idosa. Gostaria de agradecer à Mesa, a todos convidados à Presidência, no caso da Câmara de Vereadores, à Vereadora Cristiane Brasil, que inclusive, tão jovem, e já está tão preocupada com esse nosso problema de todos nós idosos, porque eu também sou, tenho mais de 60 anos, sou idoso. Mas quero agradecer à Presidente por ter dado essa pequena oportunidade, porque o tempo já é exíguo, e sobrou para nós cidadãos, talvez uns 15 a 20 minutos ou mais. Vou ter que ser rápido porque pode ser que alguém queira falar. Só quero dizer que representamos, no caso, a Zona Sul, que está inteiramente abandonada pelo Poder Público, principalmente pela Prefeitura, que organiza e é a responsável por 90% do entorno urbano. É aquela Legislação mais preocupada com o estacionamento, com o cidadão, calçamentos, etc. Todos os projetos urbanos são de responsabilidade da Prefeitura e não do Governo Federal, ou do Estado. Estado é Cedae, segurança que é uma outra coisa importantíssima, mas tem seus pontuamentos. Agora, queria inclusive falar

de nossas praças que não tem, realmente, condições de receber nem jovens, quanto mais idoso, estamos abandonados. A Prefeitura está aqui a quase 14 anos, e agora está preocupada em resolver problemas, faltando dois anos, praticamente, para encerrar o seu ciclo de comando. Claro, não é culpa, eu não reputo isso como culpa dos senhores Secretários da Prefeitura, nem dos senhores Assessores também da Prefeitura, não. Eles não podem fazer muita coisa. Eu vejo pela a própria Prefeitura que não tem condições de decidir nada, vamos a seus gabinetes fazer solicitações: eu não posso, é pontual. Por quê? Porque existe uma política centralizadora porque é a caneta do Sr. Prefeito que decide se vai fazer isso ou aquilo. Então, realmente, está muito difícil a vida do idoso, apesar do nosso Estatuto dos Idosos está já em vigor e não ser cumprido. Se não é cumprido pela autoridade, não podemos fazer absolutamente nada, a não ser reclamar. E essa é a nossa única oportunidade que nós temos, que a Vereadora Cristiane Brasil criou, conseguiu esse espaço para que possamos falar, criticar. Não estamos aqui para ficar passando a mão na cabeça de ninguém. Isso os políticos já fazem, às vésperas das eleições. E os senhores Secretários também não podem fazer muitas críticas porque trabalham e recebem seus salários da Prefeitura, então, fica muito difícil. Eles trabalham, e trabalham muito, mas não podem. Eles chegam a um determinado ponto que tem que paralisar o trabalho porque não conseguem a própria concordância, e o apoio da própria Prefeitura do que é o maior, o do Alcaide, então fica muito difícil. Não é uma crítica ao Senhor Prefeito, é uma crítica à tristeza de ser idoso no Rio de Janeiro. É muito triste convivermos com isso, com calçamento totalmente esburacado, destruídos, estacionamentos, ônibus que não cumprem a Lei, enfim a Lei existe para tudo. Não precisa o Código do Idoso, não precisa Plano Diretor, a Lei existe, e tem que ser cumprida. Mas para ser cumprida, tem que ser fiscalizada, e quanto a uma menção que isso pode ser discutido no Estatuto agora, Plano Diretor e o problema do idoso, não pode não, deve, porque já deveria ter sido previsto antes. Então, é um absurdo nós virmos aqui, à uma Audiência Pública e encontrar bobrinhas. É muito difícil conviver com isso, e coitado do Cidadão Carioca, do cidadão brasileiro, porque é difícil, mas vamos chegar lá, sim. Quando dizem senhores que temos poder, não deixem e chegar às vésperas das eleições para decidir isso. Isso é um trabalho que a Câmara de Vereadores está fazendo agora, não temos eleições. Isso é um trabalho como a Câmara de Vereadores está fazendo agora, não temos eleições à vista, já passamos por ela. Está aqui a Vereadora Cristiane Brasil fazendo um trabalho muito bom, cabe a ela fazer isso e ela está fazendo. Eu repudio não estarem aqui Vereadores da Comissão de Saúde, de Obras e Urbanismo para falar. O problema do idoso é muito sério. Na hora da eleição eles vão buscar votos.

Então, peço que a nossa Vereadora Cristiane Brasil coloque para ser discutido no Plano Diretor da Cidade, até abril, um problema que está afligindo muito a Zona Sul, que é o problema dos tombamentos indiscriminados que o Sr. Prefeito vem fazendo de quatro anos para cá, topicamente pegando 300, 400, 500, 600 imóveis em Bairros como Leblon, Ipanema, Humaitá, Botafogo e, com uma plástica, com um figurino, com uma farsa de conter a especulação imobiliária, sai tombando tudo, como uma barraca na feira que vende chuchu, outras verduras e outros legumes, e fazendo tudo de uma vez só, onde deveria ser atacado o problema, por exemplo, da cenoura, que é o problema realmente crucial de fazer uma política urbanística correta, preservar o que tem que ser preservado para a memória de uma cidade, mas não engessar um bairro. O que está acontecendo? A maior vítima desses tombamentos irregulares – “irregulares”, porque ilegais e imorais, porque assim, uma notícia em primeira mão para vocês todos, já devem ter notado porque saiu recentemente na Imprensa, a Justiça Estadual decretou “imorais”, irregulares e ilegais esses tombamentos em Ipanema e Leblon, mediante uma ação popular proposta por mim e por outro representante nosso, Adão Miranda, de Ipanema, que repudiou a maneira como foram feitas as famosas APACs de Leblon e Ipanema, totalmente “irregulares e imorais”, não chamando o idoso, não chamando o proprietário desse prédio velhinho sem elevadores, sem entrada de serviço, sem proteção contra incêndio, sem saída de emergência, sem nenhuma proteção para se locomoverem. Os prédios estão lá, eternizados, vão ser encaixotados lá dentro. E do lado desse prédio sobe um espigão, usando o espaço aéreo desse prédio pequeno para ganhar dinheiro. Resultado: disso tudo tivemos uma conclusão e a justiça pensou assim, que ganhamos agora do recurso do Sr. Prefeito Cesar Maia, ele recorreu e perdeu de novo, e perdeu agora na semana passada por 3 a 0. O acordo será publicado muito breve em todos os jornais. Perdeu por quê? Porque ele queria preservar e não deixaram? Não. Ele perdeu porque foi “imoral”, porque ele preservou bens que não poderia ter preservado. Deveria ter atendido à Constituição Federal, que no seu artigo 5º diz, em seus incisos: “chamemos os interessados para que seja discutido o tombamento”. E o tombamento é um instituto muito grave e importante na Justiça Brasileira e nosso direito, porque repudia medida restritiva de propriedade. Isso tem que ser debatido, discutido, porque o direito de propriedade foi violentado profundamente. Ao passo que prédios interessantíssimos foram sumariamente demolidos. Uma APAC é o contrário, um tombamento que serviu para encobrir a especulação imobiliária, um tombamento que veio como cortina de fumaça para que se demolisse no Leblon e Ipanema todo. Preserva-se 300, 400, mas libera 1.000. Muito estranha essa política, a Justiça também não gostou nada disso, e realmente anulou esse Decreto nos bens de propriedade privada de Leblon e Ipanema. Isso vai estourar ago-

ra na Imprensa com a publicação do acórdão na semana que vem, eu acredito.

Então, precisamos de moralidade, um governo que tenha compromisso com o povo. E as maiores vítimas desses tombamentos ilegais foram os idosos, os que vivem nesses prédios inservíveis, que não se pode mais pedir nada. O que está acontecendo? O idoso não pode mais subir as escadas, não tem direito de conseguir um elevador, não tem direito de fazer um buraco para ar condicionado, ele não tem lugar para ter a qualidade de vida tão propalada pela Prefeitura. Interessante, que incoerência, que falta de critério. Por isso perderam na Justiça também.

Então, não podemos ficar aqui reclamando que o idoso não pode subir ali, não pode se locomover aqui, se dentro de sua própria casa ele não tem agilidade para poder se locomover. Isso é uma vergonha. Então, precisamos de fiscalização. E quando dizem que uma andorinha não faz verão, faz sim. Faz sim, porque Ipanema e Leblon fizeram. E isso vai se propagar para todos os outros bairros do Rio de Janeiro, mostrando que quando se quer preservar, quando se quer buscar essa palavra maravilhosa que, no Dicionário Aurélio, nós vamos encontrar “preservação”, tem duas folhas falando sobre preservação, porque realmente os adjetivos são maravilhosos. Preservar faz muito bem, preservar tudo é muito bom. Mas também quando se encontra no mesmo dicionário uma palavra chamada “tesoura”, vamos encontrar: “objeto metálico que corta, serve para costureira ou para jardineiro...” E essa tesoura pode ser também usada para outras finalidades, como cortar a carótida de uma pessoa, como pode matar uma pessoa. E assim também, um tombamento mal realizado com interesses eleitoreiros e interesses financeiros também pode liquidar com uma família e com todo o entorno. E, ao mesmo tempo, libera *shoppings* “a dar com o pau” na Zona Sul, como tivemos agora a inauguração de um *shopping* no Leblon. Um elefante branco, não se viu a qualidade ambiental, não se viu a qualidade de vida, não se viu nada, atropelou a Legislação. E vem outro aí, o *Shopping* do Clube de Regatas do Flamengo, que estão preparando. E vem mais outro, licenciado pela Prefeitura, o *Shopping* do Estádio de Remo. Que qualidade de vida é essa que ele quer manter nos Bairros de Leblon e Ipanema? Vai acabar com os bairros? Isso é qualidade de vida? Não, é política da imobiliária em que se transformou a Prefeitura. Parece que estamos aqui lidando com uma Júlio Bogoricin da vida, com uma Patrimônio da vida. Não, imobiliária do Rio de Janeiro. Porque o Prefeito, na ponta de uma caneta, tem o dever, tem todo o poder de decidir: “você constrói onde eu quiser, você vai fazer quando eu quiser”. Não, tem que se ouvir a Câmara de Vereadores, matéria edilícia, matéria urbanística têm que passar por aqui. Então, eu espero que os idosos todos pensem muito nisso, porque se eles estão tomando seu imóvel, amanhã eles vão tomar sua vida.

Atenção! E vamos brigar sim, porque nós todos somos idosos ou seremos, os mais jovens também serão.

Vamos pedir que a fiscalização seja eficiente. Não adianta ficar comentando coisas aqui se a fiscalização não existe, porque a Legislação existe. Agora, tem que fiscalizar. Se não fiscalizar, não adianta.

Realmente, só queria fazer um manifesto, apenas um pensamento de um grande jurista, que se refere apenas a uma coisa: “em qualquer democracia do mundo civilizado” – palavras do Dr. Campos Melo – “a ninguém é imposta medida restritiva de direito, ainda mais o de propriedade, sem o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa” – Constituição Federal.

Então, pedimos que cumpram apenas a Lei, mais nada. Tudo que vier por baixo é inconstitucional, e chega aqui na Câmara e acaba. Então, vamos pedir por esses idosos. Todos temos muitos problemas para andar pelas ruas, pelas nossas praças, nos nossos transportes, e não se faz nada. Então, processem o governo, entrem no Ministério Públicos, Justiça Gratuita, a Defensoria Pública está aí mesmo. Se tomar um tombo, num buraco na rua, processe. Agora, quanto a se referirem ao nosso querido Kennedy, aos Estados Unidos da América do Norte, realmente o povo tem que fazer mesmo e ajudar o governo. Mas aqui no Brasil é um pouco diferente. Aqui não existe o Prefeito que talvez exista lá. Lá se cumpre a Lei. Se você não cumpri a Lei, vai pagar por isso. Aqui não temos isso. Então, o cidadão se sente muito desprotegido. Ajudar como? Ajudar é como à senhora está fazendo aqui, abrindo esse espaço para que nós possamos abrir a boca. Isso sim é uma ajuda. Agora, quanto aos poderes instituídos, é lamentável, deixam muito a desejar. Eu peço, então, Vereadora, encerrando não quero ocupar vocês mais tempo, que coloquem no Plano Diretor essas APACs que foram criadas ilegalmente, que já foram derrubadas na Justiça, para que isso não se repita e não seja uma maneira torpe de se ver conveniências políticas, principalmente às vésperas de eleições. Por favor, vamos tentar salvar o que ainda podemos salvar. Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Pode deixar, Sr. Augusto, que isso será devidamente incluído nas nossas propostas.

Gostaria de chamar a Sra. Jussara, Presidente da Associação dos Idosos de Cavalcante.

Lembramos que dispomos de 10 minutos, ainda tem mais uma pessoa para falar.

A SRA. JUSSARA – Boa tarde a todos. Fala-se aqui de leis, de democracia, mas as pessoas estão esquecendo que nós viemos de uma grande repressão. O nosso povo ainda não está acostumado com o exercício da democracia. Então, realmente, fica muito difícil que se faça cumprir Leis, que a gente faça pressão porque poucas são as pessoas que estão acostumadas com esse tipo de

comportamento – o exercício pleno de democracia. Por quê? Existem pessoas que ainda têm medo.

Os nossos políticos, hoje, dizem que estão usando a democracia. Mas ainda usam aquele poder repressivo junto aos eleitores. E o que vai acontecendo com os idosos? Porque quando nós passamos por aquela grande repressão, quem mais sofreu foram os idosos de hoje. Então, está muito difícil – muito difícil – fazer com que esses idosos entendam o que é democracia mesmo, o que é democracia plena. Existe uma grande necessidade de que, realmente, existam parlamentares que tenham compromisso com a democracia, que é o caso da Vereadora Cristiane Brasil.

(PALMAS)

Porque a Vereadora Cristiane Brasil tem compromisso com a democracia. Ela vai diretamente. Ela vai ao foco, ela vai ao povo, ela vai lá falar com os idosos, como há pouco tempo ela falou que se for preciso, ela vai bater de porta em porta. E eu sei que ela vai bater de porta em porta. Porque até hoje eu não vi parlamentar preocupado em esclarecer aos nossos idosos o que é democracia plena, o que é o exercício de seus direitos.

Hoje, poderíamos estar com esse Plenário lotado, mas ainda existem idosos que têm medo de frequentar esta Casa. E a gente não vê interesse nenhum – mas é nenhum mesmo – que vocês entendam o que é uma democracia plena. Porque a partir do momento em que vocês entenderem o que é democracia plena, aí, realmente, o Poder Público vai ter que funcionar.

Quando nós chegamos a um hospital da rede pública, existem profissionais capacitados, qualificados para atender um idoso? Eles sabem atender uma pessoa idosa? Passa na cabeça deles que o idoso, quando chegar ali, está sensível porque está doente? As pessoas não idosas, quando adoecem, já ficam sensíveis... Imaginem um idoso quando chega nessa entidade pública para ser atendido. Ele está muito vulnerável. Mas não encontra um profissional que tenha qualificação para entender, não a doença do idoso, mas aquele momento pelo qual o idoso está passando, na hora do seu atendimento. E isso não é só na rede pública, não. Na rede privada também. Nos convênios que vocês pagam também. É muito difícil vocês encontrarem um profissional qualificado, um profissional que passou por uma reciclagem para saber que a nossa população está ficando idosa.

E o que mais me causa estranheza são os jovens, porque acho que eles acreditam que eles nunca vão ser idosos. Isso me deixa amargurada com a situação porque a gente malha mesmo em ferro frio para fazer esses jovens se conscientizarem que nós estamos lutando por um direito que, mais tarde, só vai trazer benefício para eles; que muitos de nós não vamos usufruir disso por que estamos lutando. Tenho certeza de que vamos conseguir

mudar o cenário em relação aos idosos em nosso município, em nosso País. Eu tenho certeza disso.

Quanto aos Centros de Convivência tudo é muito bonito no papel. Não conheço nenhum Centro de Convivência da rede pública que funcione realmente como deveria funcionar um Centro de Convivência porque, a meu ver, na minha experiência com a Terceira Idade, ele tem que ser a extensão da casa do idoso e não se encontra isso. É muita política e pouco resultado, trabalho com idoso há mais de 15 anos e poucos são os que foram consultados sobre alguma Lei, alguma medida que fosse tomada em relação ao idoso, vão decidindo e não perguntam se é o que queremos, tratam o idoso como um débil mental, o idoso é um coitadinho, ele não pode nada, não produz. Então, fica difícil.

Vocês conhecem grandes empresas que investem em projetos sociais para idosos? Não existe porque não dá mídia. Então, há realmente interesse em políticas para idosos? Vereadora, a senhora terá muito trabalho e confio quando V. Exa. diz que o impossível para V. Exa. não existe, porque para mim também não existe. Tudo é possível e temos ainda muito a fazer. Vamos pressionar o nosso Prefeito porque ele está lá porque nós o colocamos, não tenham medo porque da mesma forma que o colocamos lá, podemos tirá-lo. Vocês têm que aprender isso, os idosos têm que ter conscientização do exercício da democracia plena.

Todas essas Leis vão fazer isso ou aquilo, a acessibilidade, enfim, tudo muito bom e acho que devemos realmente começar a lutar por isso, mais chegará uma hora em que eles terão que mudar a cidade. Basta nós querermos que mude porque existem estudos e mais estudos, mas nada se resolve.

Só a partir do momento, como disse, em que o idoso souber realmente o que é democracia, tenho certeza de que muita coisa vai mudar.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – A Sra., como Presidente da Associação, sabe foi difícil conscientizar o próprio grupo de cerca de 380 idosas para estar aqui hoje. A Amigas das Amigas não vieram.

Bem, eu gostaria de chamar agora o Sr. Jocelino Cavalcanti Porto, Diretor da Faferj, para fazer uso da palavra.

Então, não podemos ficar aqui reclamando que o idoso não pode subir ali, não pode se locomover aqui, se dentro de sua própria casa ele não tem agilidade para poder se locomover. Isso é uma vergonha. Então, precisamos de fiscalização. E quando dizem que uma andorinha não faz verão, faz sim. Faz sim, porque Ipanema e Leblon fizeram. E isso vai se propagar para todos

os outros bairros do Rio de Janeiro, mostrando que quando se quer preservar, quando se quer buscar essa palavra maravilhosa que, no Dicionário Aurélio, nós vamos encontrar “preservação”, tem duas folhas falando sobre preservação, porque realmente os adjetivos são maravilhosos. Preservar faz muito bem, preservar tudo é muito bom. Mas também quando se encontra no mesmo dicionário uma palavra chamada “tesoura”, vamos encontrar: “objeto metálico que corta, serve para costureira ou para jardineiro...” E essa tesoura pode ser também usada para outras finalidades, como cortar a carótida de uma pessoa, como pode matar uma pessoa. E assim também, um tombamento mal realizado com interesses eleitoreiros e interesses financeiros também pode liquidar com uma família e com todo o entorno. E, ao mesmo tempo, libera *shoppings* “a dar com o pau” na Zona Sul, como tivemos agora a inauguração de um *shopping* no Leblon. Um elefante branco, não se viu a qualidade ambiental, não se viu a qualidade de vida, não se viu nada, atropelou a Legislação. E vem outro aí, o *Shopping* do Clube de Regatas do Flamengo, que estão preparando. E vem mais outro, licenciado pela Prefeitura, o *Shopping* do Estádio de Remo. Que qualidade de vida é essa que ele quer manter nos Bairros de Leblon e Ipanema? Vai acabar com os bairros? Isso é qualidade de vida? Não, é política da imobiliária em que se transformou a Prefeitura. Parece que estamos aqui lidando com uma Júlio Bogoricin da vida, com uma Patrimóvel da vida. Não, imobiliária do Rio de Janeiro. Porque o Prefeito, na ponta de uma caneta, tem o dever, tem todo o poder de decidir: “você constrói onde eu quiser, você vai fazer quando eu quiser”. Não, tem que se ouvir a Câmara de Vereadores, matéria edilícia, matéria urbanística têm que passar por aqui. Então, eu espero que os idosos todos pensem muito nisso, porque se eles estão tomando seu imóvel, amanhã eles vão tomar sua vida. Atenção! E vamos brigar sim, porque nós todos somos idosos ou seremos, os mais jovens também serão.

Vamos pedir que a fiscalização seja eficiente. Não adianta ficar comentando coisas aqui se a fiscalização não existe, porque a Legislação existe. Agora, tem que fiscalizar. Se não fiscalizar, não adianta.

Realmente, só queria fazer um manifesto, apenas um pensamento de um grande jurista, que se refere apenas a uma coisa: “em qualquer democracia do mundo civilizado” – palavras do Dr. Campos Melo – “a ninguém é imposta medida restritiva de direito, ainda mais o de propriedade, sem o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa” – Constituição Federal.

Então, pedimos que cumpram apenas a Lei, mais nada. Tudo que vier por baixo é inconstitucional, e chega aqui na Câmara e acaba. Então, vamos pedir por esses idosos. Todos temos muitos problemas para andar pelas ruas, pelas nossas praças, nos nossos transportes, e não se faz nada. Então, processem o governo, entrem no Ministério Públicos, Justiça Gratuita, a Defensoria Pú-

blica está aí mesmo. Se tomar um tombo, num buraco na rua, processe. Agora, quanto a se referirem ao nosso querido Kennedy, aos Estados Unidos da América do Norte, realmente o povo tem que fazer mesmo e ajudar o governo. Mas aqui no Brasil é um pouco diferente. Aqui não existe o Prefeito que talvez exista lá. Lá se cumpre a Lei. Se você não cumpri a Lei, vai pagar por isso. Aqui não temos isso. Então, o cidadão se sente muito desprotegido. Ajudar como? Ajudar é como à senhora está fazendo aqui, abrindo esse espaço para que nós possamos abrir a boca. Isso sim é uma ajuda. Agora, quanto aos poderes instituídos, é lamentável, deixam muito a desejar. Eu peço, então, Vereadora, encerrando não quero ocupar vocês mais tempo, que coloquem no Plano Diretor essas APACs que foram criadas ilegalmente, que já foram derrubadas na Justiça, para que isso não se repita e não seja uma maneira torpe de se ver conveniências políticas, principalmente às vésperas de eleições. Por favor, vamos tentar salvar o que ainda podemos salvar. Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Pode deixar, Sr. Augusto, que isso será devidamente incluído nas nossas propostas.

Gostaria de chamar a Sra. Jussara, Presidente da Associação dos Idosos de Cavalcante.

Lembramos que dispomos de 10 minutos, ainda tem mais uma pessoa para falar.

O SR. VIRGINIO FARIAS – Eu gostaria de agradecer o convite que foi feito ao Conselho Federal de Enfermagem e dizer que estamos à disposição de todos para ajudá-los no que for possível.

Parabenizo a Sra. Vereadora Cristiane Brasil por essa nobreza em pensar no idoso.

É só isso.

Obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) - Senhor Joscelino, o senhor nos disse coisas interessantes.

A criação, dentro das associações de moradores, de um departamento só para os idosos será de grande utilidade, para que vocês possam trazer pessoas representando as favelas a reuniões como esta, com as demandas da Terceira Idade. Acho até que a reunião do Plano Diretor - a primeira, porque vamos fazer várias - foi muito interessante, porque tivemos um representante da Associação da Zona Sul, representantes da Zona Norte e também representantes das comunidades. Então, acho que, embora de forma bem reduzida, tivemos aqui uma grande representatividade.

de, que com certeza se refletirá nas próximas reuniões que fizermos.

Eu gostaria de saber se alguém quer dizer mais alguma coisa.
Dr. Carlos Maia, por favor.

O SR. CARLOS MAIA - Foi citada aqui a questão do SUS, do atendimento na Rede de Saúde, que não teria profissionais habilitados para esse atendimento. Acho que estão cometendo uma injustiça. Falo com relação à Rede Municipal de Saúde, da qual fazemos parte há bastante tempo. Temos muitos profissionais capacitados na área de geriatria e gerontologia. São excelentes.

Uma das áreas em que mais investimos na gerência é a da capacitação. Eventualmente, pode haver um profissional, como em qualquer outro setor, que não dispense o atendimento devido ou não faça a abordagem adequada, mas a maioria dos profissionais é dedicada e enfrenta uma série de dificuldades. Eu não poderia ficar calado ao ouvir isso, porque quem cala consente. Isso não é uma realidade. Temos investido nisso, porque é uma preocupação nossa essa questão do acolhimento, da abordagem, da capacitação.

Então, em nome da Secretaria, quero deixar isso registrado, porque acho que houve uma radicalização indevida, e aí não fazemos justiça aos numerosos profissionais competentes da nossa rede. Temos aqui profissionais do Clementino Fraga, que realizam um trabalho excelente, e eu não poderia deixar de registrar isso.

Essa era a minha fala.
Obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) - Com a palavra, o Sr. Virginio Farias.

O SR. VIRGINIO FARIAS – Eu gostaria de agradecer o convite que foi feito ao Conselho Federal de Enfermagem e dizer que estamos à disposição de todos para ajudá-los no que for possível.

Parabenizo a Sra. Vereadora Cristiane Brasil por essa nobreza em pensar no idoso.

É só isso.
Obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Muito obrigada pela presença.

Com a palavra, o Sr. Luís Fernando Salgado.

O SR. LUÍS FERNANDO SALGADO – Em primeiro lugar, os moradores das comunidades carentes foram contemplados no nosso programam, nos nossos estudos. Inclusive, no próprio Copacabana Mobilidade há uma forma de acesso às comunidades, às partes da cidade com topografia acidentada para as pessoas portadoras de deficiência.

Quanto àqueles idosos que não têm voz, que moram muito longe, em loteamentos irregulares e sem infra-estrutura, também estamos estudando, ainda que bastante embrionariamente, uma forma de solucionar o problema deles.

Obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Também encaminharemos as conclusões a que chegarmos nestas reuniões que estamos fazendo aqui. E faremos reuniões junto com a Faferj nas comunidades, nas Associações de Moradores para falar sobre o que vem sendo tratado aqui e o que será abordado daqui para a frente.

Então, de acordo com a sua sugestão, não apenas faremos com que as comunidades venham até aqui como também iremos até elas, levaremos informações realizaremos palestras.

Mais uma vez reitero o convite aos senhores presentes à Mesa e ao público em geral para formarmos um grupo de trabalho e apresentarmos à Prefeitura, através da Secretaria de Urbanismo, as sugestões pertinentes à questão do idoso no âmbito do Plano Diretor.

Muito obrigada.

Tenham um ótimo dia. Se não estivermos juntos antes disso, Boas Festas e Feliz Ano Novo para todos. Tudo de bom.

(PALMAS)

Esta encerrada a Audiência Pública.

(Encerra-se a Audiência Pública às 13h15)

MENSAGENS DE CONGRATULAÇÕES

Agradeço convite feito mais impossibilitado de comparecer por compromissos anteriormente agendados parabenizo pela Audiência Pública da Comissão Permanente do Idoso.

Atenciosamente,

Vereador JORGE BABU

Agradeço convite à nobre Colega Vereadora Cristiane Brasil, para participar da Audiência Pública, onde será discutido relevante tema sobre a 3ª idade; mas estarei impossibilitada de comparecer, por já ter compromissos anteriormente agendados.

Cordialmente,

Vereador ARGEMIRO PIMENTEL

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
Gabinete do Vereador STEPAN NERCESSIAN

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2006.

Exma. Sra.

Vereadora CRISTIANE BRASIL

Parabenizo-a pela iniciativa da Audiência Pública sobre o tema: A Terceira Idade e o Plano Diretor.

Aproveito oportunidade para reiterar protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Vereador STEPAN NERCESSIAN

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Maria Lygia de Andrade Costa (Ass. dos Idosos Cavalcanti); Wilma Marques da Silva (Ass. dos Idosos Cavalcanti); Aurita Lopes dos Santos (Ass. dos Idosos Cavalcanti); Neusa da Silva Oliveira (Ass. dos Idosos Cavalcanti); Vandete Braga de Brito (Ass. dos Idosos Cavalcanti); Irene Diniz da Rocha (Ass. dos Idosos Cavalcanti); Nair Fernandes Leiria (Unati-Uerj – Apoio Avante); Cleonice Ferreira Rodrigues; Guilhermina Gruniwald; Florilda Rita Xavier Gama; Helena Paes Rodrigues; Maria Pereira Herdeiro da Costa; Marina Ferreira Chagas; Zuleima Pereira de Oliveira; Vânia Soares de Oliveira; Marcelo Ângelo de Oliveira; Nadir de Campos Vianna Jaloto; Leonor Ramos de Oliveira; Virginio Farias (Conselho Federal de Enfermagem); Castorina Silva Duque (Conselho Federal de Enfermagem); Maria das Dores Leal (Uerj); Odelita Ramos Vasconcelos (Unati-Uerj); Maria Lídia Souza de Jesus; Antonio Henrique Souza Marques; Olinda Machado (CMS – Clementino Fraga); Valéria Brandão Ferreira Braga; Abílio de Mello Cunha (Unati- Universidade Aberta da Terceira Idade); Juçara Tereza Mões da Silva; Ilma Arnosso Monteiro; Dulce de Oliveira Santos; Iaracy Cassaes Lamenha Lins; Pastor Valdir Ferreira Leite; Sylvia da Silva Vitullo; Carlos Maia (Gerente do Programa de Saúde do Idoso da Secretaria Municipal de Saúde); Dorothéia José Vergueiro de Paula; João Reis Ferreira (Unati); Tânia Cunha (ONG Mãos Sólidas); Ana Flora dos Santos (Unati); Richele Cabral (Fetranspor); Augusto César Boisson (AAPP – Leblon – Ipanema); Luis Fernando Menezes Salgado (Secretaria Municipal de Urbanismo – Gab. Do Secretário); Maria Clotilde Maia (Conselho Nacional do Idoso – CNC – Federação Nacional do Comércio); Jaime Roldon Reis (ONG Mãos Solidárias – Pres. do Cons. Com. de Seg. da I.G.); Lúcia Gomes Freyre Ferreira (Unati); Elson Roque dos Santos (Rep. da Caixa de Oficiais do Corpo de Bombeiros do Estado do RJ); Zilda do Carmo Tavares; João Cezar de Souza Antunes; Sion Chrity; Arnaldo Vasconcelos (Unati); Dr. Sérgio Telles Ribeiro Filho (Pres. da Soc. Brasileira de Geriatria e Gerontologia do RJ); Liliane Melo (CMS – Clementino Fraga); Olguimar Santos Dias (UIS Manoel Arthur Villaboim – Coordenadora do Programa do Idoso); Noemir Costa (Unati); Claire Beraldo (Repres. o SESC – CNDI – Conselho Nacional do Direito do Idoso); Sérgio Milioni; (Diretor do Meio Ambiente); Juscelino Cavalcanti Porto (Federação de Favelas do Estado do RJ – Faferj); Luciano Castelão e José Benedito.